

A Selva Lacandona, altamente biodiversa é o habitat de uma ampla variedade de espécies, incluindo o jaguar e a jaguatirica. Chiapas, Mexico



clima &  
desmatamento

# redd: as realidades em branco e preto

novembro 2010



Plantação de seringueiras. Muitas plantações de seringa estão sendo substituídas por plantações de palma azeiteira. Indonésia; Sumatra 2004

## redd: as realidades em branco e preto

novembro 2010

**Amigos da Terra Internacional** é a maior rede do mundo de grupos ambientalistas locais, reunindo 76 grupos nacionais e cerca de 5,000 grupos ativistas em todos os continentes. Com aproximadamente 2 milhões de membros e apoiadores ao redor do mundo, nós fazemos campanhas nas questões ambientais e sociais mais urgentes dos dias e hoje. Nós desafiamos o modelo econômico atual e a globalização corporativa e promovemos soluções que irão ajudar a criar sociedades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

Nossa visão é a de um mundo pacífico e sustentável, baseado em sociedades vivendo em harmonia com a natureza. Nós buscamos uma sociedade de pessoas interdependente vivendo em dignidade, integridade e realização na qual a equidade e os direitos dos povos são realizados.

Está será uma sociedade construída sobre a participação e a soberania dos povos. Será fundada na justiça social, ambiental, econômica e de gênero e livre de todas as formas de dominação e exploração, tais como o neoliberalismo, a globalização corporativa, neo-colonialismo e militarismo.

**Amigos da Terra tem grupos nos seguintes países** Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Bélgica (Flanders), Bolívia, Brasil, Camarões, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Curaçao (Antilhas) Chipre, República Tcheca, Dinamarca, El Salvador, Inglaterra/Gales/Irlanda do Norte, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Gana, Granada (Índias Ocidentais), Guatemala, Haiti, Honduras, Hungria, Indonésia, Irlanda, Itália, Japão, Coréia, Látvia, Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia (antiga República Yugoslava da), Malásia, Malawi, Mali, Malta, Maurício, México, Moçambique, Nepal, Holanda, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Palestina, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Escócia, Sierra Leone, Eslováquia, África do Sul, Espanha, Sri Lanka, Suazilândia, Suécia, Suíça, Tanzânia, Timor Leste, Togo, Tunísia, Uganda, Ucrânia, Estados Unidos e Uruguai.

(Por favor, entre em contato com o Secretariado dos Amigos da Terra ou veja em [www.foei.org](http://www.foei.org) para informações de contato com os grupos dos Amigos da Terra).

**disponível para download em <http://www.foei.org/redd-realities-pt>**

**autores** Ronnie Hall ([ronnihall@gmail.com](mailto:ronnihall@gmail.com))  
Domingo Lechon, Amigos da Terra Mexico/Otros Mundos; Silas Siakor e Jonathan Yiah, Amigos da Terra Liberia; Rita Osarogiagbon, Amigos da Terra Nigeria/ERA  
Bard Lahn, Amigos da Terra Norway; Simone Lovera e Elías Díaz Peña, Amigos da Terra Paraguai/Sobrevivencia; Javier Baltodano, Amigos da Terra Costa Rica/Coecoceiba;  
Tim Mann e Teguh Surya, Amigos da Terra Indonesia/WALHI

**time editorial** Ronnie Hall e Joseph Zacune

**designer** Paulina Veloso

**agradecimentos ao** Ministério Holandês de Assuntos Exteriores  
(The Dutch Ministry of Foreign Affairs).

friends of the earth  
international secretariat

P.O. Box 19199  
1000 GD Amsterdam  
The Netherlands  
Tel: 31 20 622 1369  
Fax: 31 20 639 2181  
[info@foei.org](mailto:info@foei.org)  
[www.foei.org](http://www.foei.org)

## conteúdo

## redd: as realidades em branco e preto

novembro 2010

|  |    |
|--|----|
| <b>resumo</b>  | 4  |
| <b>um que é o redd?</b>  | 5  |
| pagamento por serviços ambientais na costa rica: a promoção de um mito                             | 6  |
| <b>dois as preocupações da cqnumc sobre redd...</b>  | 7  |
| méxico lidera em redd, mas proarbol indica futuro incerto  | 8  |
| <b>três ...mas redd está tomando forma mesmo assim</b>   | 9  |
| banco mundial: parceria de carbono florestal (fcpf)  | 9  |
| banco mundial: programa de investimento florestal (fip)  | 10 |
| un-redd  | 10 |
| financiamento bilateral de redd  | 11 |
| parceria interina para redd +  | 12 |
| mercado voluntário de carbono  | 13 |
| <b>quatro por que tão rápido? mobilizando recursos financeiros para redd, lucros e “greenwash”</b> | 14 |
| empresas de petróleo e gás na américa latina   | 14 |
| shell e gazprom em rimba raya, indonésia   | 15 |
| <b>cinco a luta de povos indígenas e comunidades das florestas para serem ouvidos</b>              | 16 |
| paraguai: assegurando que as vozes dos povos indígenas sejam ouvidas                               | 17 |
| costa rica: o diálogo nacional de redd não tolera críticas   | 18 |
| nigéria: apressando-se para implementar redd na região de cross river                              | 19 |
| <b>seis posse da terra e outras armadilhas de redd</b>   | 20 |
| brasil: o impacto do projeto de guaraqueçaba nas comunidades locais                                | 20 |
| redd na libéria: abrindo uma nova fronteira na luta pelos direitos das comunidades                 | 21 |
| <b>sete “vazamentos” e plantações - as questões cruciais?</b>                                      | 22 |
| indonésia: “vazamento” e o projeto do ecossistema ulu masen na província de aceh                   | 22 |
| <b>oito redd e comércio de carbono</b>   | 25 |
| <b>conclusões</b>  | 25 |
| <b>glossário</b>   | 26 |
| <b>referências</b>   | 26 |

## resumo

Quando se trata de mudanças climáticas, o mecanismo de REDD é o assunto do momento. “*Redução de Emissões por Desmatamento nos Países em Desenvolvimento*” traz a perspectiva atraente de mitigação das mudanças climáticas, conservação da biodiversidade ameaçada e de trazer o tão necessário financiamento para o desenvolvimento para os povos indígenas e povos e comunidades que vivem nas florestas – e ao mesmo tempo, oferecer ganhos significativos para investidores. Tudo isto junto levanta uma questão imediata: o REDD é bom demais para ser verdade?

A resposta, infelizmente, é “sim”. Apesar de REDD poder beneficiar algumas comunidades e a biodiversidade em áreas específicas, em termos globais REDD está emergindo como um mecanismo que tem o potencial de exacerbar a desigualdade, colhendo recompensas enormes para as empresas e outros grandes investidores e trazer benefícios consideravelmente menores - ou até mesmo sérias desvantagens - para os povos indígenas e outras comunidades dependentes da floresta. Além disso, se os governos focarem isoladamente em REDD, ele poderia se tornar uma distração perigosa e ineficaz com relação à necessidade de implementar políticas públicas reais e eficazes para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas.

Os estudos de caso deste informe mostram claramente que uma corrida para implementar REDD já está em andamento. Os estudos de caso também mostram que os projetos de REDD variam significativamente, dependendo do país de implementação e os objetivos dos patrocinadores do projeto. Embora alguns projetos são mais bem elaborados, outros são claramente focados em maximizar os lucros.

Mesmo no caso do melhor cenário, contudo, parece que os povos indígenas devem trabalhar arduamente para se fazerem ouvir ou para se beneficiarem dos projetos de REDD de uma forma equitativa. Além disso, organizações da sociedade civil consideradas críticas aos projetos de REDD são muitas vezes excluídas das consultas e suas contribuições anteriores são ignoradas. Além disso, alguns investidores estão obviamente tentando apressar o processo de negociação dos projetos tão rapidamente quanto possível, mesmo que isso signifique exercer pressão indevida sobre os parceiros de negociação ou pular partes já acordadas de processos, como a necessidade de consulta prévia.

Uma das conclusões mais claras é que as grandes corporações transnacionais, especialmente aquelas envolvidas no setor de energia ou indústrias dependentes de energia intensiva estão rapidamente se perfilando para os projetos de REDD porque estes lhes oferecem - talvez mais do que para qualquer outro participante - uma verdadeira oportunidade de “ganha-ganha”. Através de REDD estes atores são capazes de remodelar-se como campeões na luta contra as mudanças climáticas, mesmo que continuem ou até mesmo expandam suas operações para extrair combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, eles têm a possibilidade de lucrar com REDD centenas de milhões de dólares.

Em muitos países, há também a incerteza contínua sobre a posse da terra e quanto aos direitos de carbono e, em alguns, parece que REDD esta contribuindo especialmente para turvar este cenário ainda mais. Acima de tudo, há ainda um risco significativo de que

REDD irá resultar na privatização dos recursos florestais do planeta, transferindo-os das mãos dos Povos Indígenas e das comunidades locais para as mãos dos banqueiros e dos comerciantes de carbono.

Há também um debate crescente sobre se REDD pode realmente funcionar ao nível dos projetos e dúvidas sobre a complexidade e a conveniência de sua aplicação em nível nacional. A menos que se reduza a demanda por commodities agrícolas e madeira, o REDD não pode funcionar em base de projetos, já que as atividades de desmatamento podem simplesmente se deslocar para outro lugar, ou “vazar”. No entanto, REDD em nível nacional poderia implicar que todos aqueles envolvidos em atividades prejudiciais à floresta deveriam ser compensados, não importando se são comunidades locais e agricultores de subsistência lutando para manter sua forma de vida, ou madeireiras e empresas de óleo de palma ansiosos para obter um novo fluxo de renda.

Se REDD também está ligado aos mercados de carbono, um REDD expandido em nível nacional poderá multiplicar ainda mais os riscos de depender dos caprichos dos mercados de carbono e dos preços internacionais. Isso poderia levar a uma paralisação do mecanismo de REDD e causar dificuldades econômicas locais.

Finalmente, os estudos de caso mostram que os projetos-piloto de REDD e a definição de legislações relacionadas à REDD que incluem as monoculturas de árvores e o “manejo florestal sustentável” (MFS, ou seja, continuar a atividade madeireira) já estão em andamento; muitos dos projetos e legislações também assumem ou criam as relações entre REDD e os mercados de carbono. No entanto, o mecanismo de REDD ainda não foi acordado nas negociações no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC). Isto levanta duas questões adicionais: será que a existência dos atuais projetos de REDD será autorizada a definir os parâmetros de qualquer acordo futuro de REDD na CQNUMC? Será que os governos darão seu aval a um formato de REDD que possa ser usado por empresas madeireiras para substituir florestas naturais por plantações de árvores de baixa densidade de carbono e de crescimento rápido?

REDD, tal como está atualmente sendo negociado, tem a fraca ambição de “reduzir as emissões” do desmatamento e inclui a continuidade das operações da extração madeireira e as plantações de monoculturas de árvores, ambas financiadas pelo volátil mercado de carbono. Esta não é a abordagem robusta, equitativa e definitiva, tão necessária nestes tempos incertos. É importante notar que muitos dos problemas apontados neste relatório são evidentes nos projetos de REDD que já foram acreditados, ou que estão aplicando para acreditação junto à Aliança Clima, Comunidade e Biodiversidade (Climate, Community and Biodiversity Alliance), CCBA.

Se os governos querem ter sucesso na mitigação das mudanças climáticas abordando a questão do desmatamento, eles devem concordar com um mecanismo equitativo que realmente pretende deter o desmatamento. Isso vai exigir redução da demanda por madeira, produtos agrícolas e agroenergia, e que se contemplem outras causas subjacentes ao desmatamento. Tal mecanismo deve recompensar aqueles que já tenham conservado suas florestas e deve basear-se nas experiências dos Povos Indígenas e comunidades ao redor do mundo que já sabem como manejar e beneficiar as florestas de forma sustentável. Há muitas lições esperando para serem aprendidas.

## um o que é redd?

REDD significa “Redução de Emissões por Desmatamento nos Países em Desenvolvimento”<sup>1</sup> e está atualmente sendo negociado no âmbito da CQNUMC. Embora ainda não haja um acordo sobre seu formato final, REDD já está gerando um impacto considerável no mundo “real”, fora das salas de negociação. De fato, muitos negociadores provavelmente consideram o mecanismo de REDD um dos aspectos mais bem sucedidos das negociações da CQNUMC (geralmente caracterizadas por negociações em passos lentos e intransigência política).

No entanto, existem muitas razões para se ter extrema cautela com relação à REDD. Estas incluem preocupações éticas, limitações metodológicas e uma abordagem potencialmente míope com respeito a forma como REDD está sendo desenvolvido na realidade. No entanto, os projetos que demonstram a prontidão para o REDD (REDD *readiness*) estão surgindo em todo o mundo, apesar do alcance de REDD e sua natureza exata não terem sido formalmente acordados ainda. O perigo é que como o REDD toma forma no mundo real, isto vai condicionar as decisões dos governos sobre a sua natureza fundamental e parâmetros.

REDD é muitas vezes descrito como enraizado em um fato do mundo real muito importante e que deve ser abordado: o desmatamento crescente é hoje em dia reconhecido como responsável por cerca de 18% dos gases de efeito estufa emitidos por ações antropogênicas (causadas pela ação humana) por ano, mais do que as emissões causadas por todas as formas de transporte combinados. REDD tem como objetivo criar um sistema de incentivos financeiros positivos que fará com que as pessoas envolvidas no desmatamento ou degradação florestal possam mudar suas práticas para atividades menos danosas.

Mas os detalhes deste mecanismo ainda não foram definidos. Há um debate em curso na CQNUMC sobre se REDD deve ou não incluir plantações e se deve ou não ser financiado através de fundos públicos ou através de fundos privados alimentados pelos mercados de carbono. Quase todas as propostas atuais dos governos sugerem que se conecte o desmatamento com o mercado de carbono. No entanto, isto permitiria aos países ricos industrializados compensarem suas emissões ao invés de fazer reduções reais, o que viria a corroer, na prática, quaisquer metas estabelecidas para combater a mudança climática por meio do REDD. De maneira crítica, REDD também vai contribuir para a progressiva privatização dos recursos naturais do mundo. Além disso, poderá ser utilizado para recompensar empresas de energia suja e empresas madeireiras.

REDD foi inicialmente proposto em 2005 pela Papua Nova Guiné e Costa Rica, em nome dos países que participavam da Coalizão de Nações com Florestas Tropicais. Essa coalizão de países em desenvolvimento com florestas tropicais apóia a troca das reduções de emissões de carbono para aceder aos mercados internacionais de comércio de emissões<sup>2</sup>. Tanto a Papua Nova Guiné como a Costa Rica são promotores pró-ativos da utilização de mecanismos de mercado para alavancar financiamentos privados. A Costa Rica é bem conhecida por sua introdução precoce de um esquema de “Pagamentos por Serviços Ambientais” (PSA).

No entanto, esta posição não é compartilhada por todos os países em desenvolvimento. Vale notar que o esquema de PSA, apoiado e promovido pelo Banco Mundial, não é bem o caso de sucesso de um mecanismo de mercado como muitos acreditam que seja.

A implantação apressada de REDD é sustentada pela expectativa de lucros substanciais. Já foram feitos diversos cálculos e algo em torno da cifra de US \$ 30 bilhões por ano foi previsto como o fluxo necessário do Norte para o Sul (UN-REDD, 2010). Este é claramente um fator de motivação para muitos países em desenvolvimento, cada vez mais decepcionados e crescentemente cínicos sobre o a resistência entrincheirada dos países industrializados à transferência de fundos para o desenvolvimento e para as mudanças climáticas (ATI, 2008). No entanto, os estudos de caso deste relatório demonstram que estes projetos também estão atraindo uma vasta gama de agentes para o REDD, incluindo comerciantes de carbono, grandes organizações não governamentais internacionais, empresas que promovem plantações de árvores e até mesmo companhias de petróleo e gás buscando um verniz “verde” para suas atividades.



Floresta temperada em Valdivia. Florestas nativas do sul do Chile

foto Claudio Donoso Hirfart - Chile

1 É em geral mais amplamente compreendido como incorporando desmatamento e degradação florestal; ver definição em *Decision 2/CP.13* (UNFCCC, 2007).  
2 Para um relato mais detalhado da história do mecanismo de REDD, ver *REDD Myths* (FoEI, 2008).

## um o que é redd?

### pagamentos por serviços ambientais na costa rica: promovendo um mito

A Costa Rica é bem conhecida por seu papel pioneiro no desenvolvimento de um regime de PSA e pela promoção do REDD no contexto da CQNUMC. O governo da Costa Rica está preparando um plano que demonstra sua prontidão para REDD (R-PP) que será apresentado à Parceira de Carbono Florestal do Banco Mundial (FCPF) e que se baseia no regime de PSA do país.

No entanto, o esquema de PSA da Costa Rica não é o que parece. Ao invés de ser um mecanismo de mercado financiado exclusivamente pela venda de serviços ambientais, 90% dos financiamentos gerados ao longo dos últimos 15 anos vieram de um imposto nacional sobre o consumo de combustível. A Costa Rica conseguiu de fato reduzir sua taxa de desmatamento, mas isso é devido em grande parte ao abandono das explorações pecuárias de grande porte, pois o aumento dos preços da terra reduziu a lucratividade da agricultura de corte (Holman et al., 2008). A legislação florestal de 1996 também proibiu qualquer mudança de uso de terras florestais. Na realidade, o impacto do PSA foi mínimo.

Além disso, a gestão do regime de PSA custa 25% do orçamento total do Ministério do Meio Ambiente. Isso significa que PSA tem sido de fato um instrumento muito caro, utilizando recursos que poderiam ser investidos, ao invés disso, para melhorar o controle sobre áreas protegidas e sobre as atividades florestais. Além disso, os fundos de PSA são muitas

vezes utilizados de forma ineficaz. Por exemplo, muito pouco destes recursos tem sido utilizado para a compra de terras de proprietários não indígenas que estão dentro dos territórios indígenas, mesmo considerando que quantias consideráveis foram efetivamente alocadas para estes mesmos territórios (FoE Costa Rica, 2009). Além disso, o PSA não resultou na redução da pobreza nas zonas rurais.

*Fontes: Amigos da Terra Costa Rica / COECOCEIBA*



foto Simon Rawles/Friends of the Earth

A floresta Iwokrama possui uma operação de extração sustentável de Madeira que recebeu certificação pelo FSC. Apenas uma pequena porcentagem da floresta é retirada e a operação é estritamente controlada. Guiana

## dois as preocupações da cqnumc sobre redd...

Embora as negociações sobre REDD estejam avançando de forma relativamente rápida em comparação com outros temas (ou quase impasses) no contexto da CQNUMC, estas negociações ainda não estão se movendo rápido o suficiente para os interessados em participar em REDD. Como resultado, os negócios e projetos REDD estão proliferando em diversos países ao redor do mundo sob o pretexto de “preparação” para REDD. Negociadores de muitos destes projetos antecipam que um acordo de REDD será fechado em breve e esperam que como resultado o valor dos seus créditos de REDD deverá aumentar drasticamente. No entanto, algumas questões candentes ainda precisam ser resolvidas.

As negociações da CQNUMC têm o foco atualmente em um derivado de REDD denominado “REDD +”. Embora a definição precisa desse termo ainda não foi formalmente acordada<sup>3</sup>, REDD+ é geralmente tomado como incluindo “incentivos positivos para a conservação das florestas, manejo florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono das florestas nos países em desenvolvimento” (CQNUMC, 2007:1 [b] [iii]).

Esta linguagem aparentemente inócua é carregada de significados. Ela efetivamente traz muito mais partes interessadas para o âmbito do REDD. Estes incluem países que já fazem a conservação de suas florestas e que possuem baixos índices de desmatamento, assim como empresas do agronegócio (incluindo empresas de óleo de palma) e madeireiras. As partes interessadas podem ainda incluir os defensores das plantações de árvores geneticamente modificadas (se, por exemplo, estas forem modificadas para crescer mais rapidamente, absorver mais carbono, ou terem níveis mais baixos de lignina para que possam ser processadas para biocombustíveis com mais facilidade).

Os desacordos a respeito de REDD são refletidos com mais clareza no debate em curso no Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo (AWG-LCA). Aqui as principais diferenças ainda permanecem e alguns países, como Bolívia e Arábia Saudita, propuseram recentemente alterações e nova linguagem (FIELD, 2010)<sup>4</sup>. Estes debates demonstram que ainda há uma nítida diferença de opinião sobre se REDD + deveria:

- Proibir que o uso de fundos de REDD financie a atividade madeireira industrial ou a conversão de florestas em plantações;
- Excluir mecanismos de mercado e o uso de compensações (offsets) por países industrializados;
- Definir seu escopo em torno a reduzir “emissões do desmatamento”, ou ao desmatamento em si (uma nuance importante, já que é possível reduzir estas emissões sem reduzir o desmatamento);
- Incluir como objetivo de longo prazo a redução do desmatamento global a uma determinada porcentagem;
- Ser implementado somente em nível nacional, ou também incluir projetos sub-nacionais, e

- Incluir princípios orientadores sobre a integridade ambiental e os direitos dos povos indígenas (FIELD, 2010).

Questões relacionadas a REDD também estão sendo discutidas pelo Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Protocolo de Kyoto (AWK-KP), que lida com os compromissos dos países ricos do Anexo I<sup>5</sup>. Os tópicos aqui incluem eventuais alterações às regras existentes no Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF). Essas mudanças poderiam abranger a gestão e o manejo das florestas, terras agrícolas, zonas úmidas e o carbono do solo. No entanto, a Comissão Florestal da África Central (COMIFAC)<sup>6</sup> se opôs a um cenário potencial no qual os países desenvolvidos possam substituir florestas existentes por plantações industriais de árvores (sob o LULUCF), enquanto os países em desenvolvimento não poderiam fazer o mesmo (sob REDD). Por outro lado, se os dois conjuntos de regras forem harmonizadas, como discutido na AWG-KP (Martone, 2010), isto poderia aumentar a pressão para incluir plantações florestais sob REDD.

Outras questões pendentes incluem o engajamento dos Povos Indígenas no monitoramento, informe e verificação de REDD e se a orientação sobre os vetores do desmatamento devem ser desenvolvidos.<sup>7</sup>

O “incremento” do financiamento para o clima, tanto de fontes públicas como privadas também está passando por considerações gerais no Grupo Consultivo de Alto Nível sobre o Financiamento para as Mudanças Climáticas (AGF; Martone, 2010). No entanto, sérias preocupações foram levantadas sobre a direção e o foco deste grupo consultivo, o qual parece ter o polêmico Acordo de Copenhague, promovido pelos EUA e não acordado no âmbito da CQNUMC, como ponto de partida.

O Acordo de Copenhague visa mobilizar US \$ 100 bilhões de fontes públicas e privadas mas isso está muito aquém do que é necessário. O Grupo Consultivo de Alto Nível sobre o Financiamento para as Mudanças Climáticas (AGF) também parece estar pronto para marginalizar o papel das finanças públicas em favor do apoio aos mercados de carbono, que são voláteis e vulneráveis a fraudes. Da mesma forma também favorece o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento como gestores das finanças climáticas, uma perspectiva a qual os países em desenvolvimento têm repetidamente se oposto no âmbito da CQNUMC (CJN, 2010)

3 Uma das razões para o debate em curso é a proposta recente de remover as palavras “emissões do” da definição do que é REDD (FIELD, 2010).

4 O texto de trabalho resultante, que será considerado em Tianjin, China, está disponível em [unfccc.int/documentation/documents/advanced\\_search/items/3594.php?rec-j&preref=600005941#beg](http://unfccc.int/documentation/documents/advanced_search/items/3594.php?rec-j&preref=600005941#beg)

5 Países do Anexo I são os países industrializados que têm compromisso legalmente vinculante de redução de suas emissões de gases de efeito estufa.

6 A Comissão Florestal da África Central (COMIFAC) é a principal autoridade para a tomada de decisão e coordenação das ações e iniciativas sub-regionais relativas à conservação e ao manejo sustentável das florestas da bacia do Congo: [carpe.umd.edu/Plone/how-carpe-works/comifac/](http://carpe.umd.edu/Plone/how-carpe-works/comifac/).

7 Estes estão sendo discutidos no SBSTA, órgão de assessoramento científico da CQNUMC (Martone, 2010).

## dois as preocupações da cqnumc sobre redd...

### méxico lidera em redd, mas proarbol indica um futuro incerto

O México será o anfitrião da 16ª Conferência das Partes da CQNUMC (COP-16) em Cancún, no final de 2010. Segundo as informações e declarações de diversas autoridades mexicanas, o REDD será uma questão fundamental na agenda da COP-16. Esta nação anfitriã está determinada para que a COP seja bem sucedida em acordar sobre o mecanismo de REDD e o Fundo Verde para o financiamento para as mudanças climáticas, originalmente proposto pelo México (o qual também pode incorporar a REDD). Em setembro de 2010 o Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, Juan Rafael Elvira Quesada, convidou representantes de 40 países envolvidos em REDD para comprometerem-se a elaborar um documento para contribuir para as discussões da COP-16. O convite foi feito um pouco antes do seminário “Governança Florestal, Descentralização e REDD na América Latina e no Caribe” o qual teve lugar em Oaxaca, México, entre 31 de agosto e 03 de setembro de 2010 e foi co-organizado entre México e Suíça.

O México também está planejando seu próprio envolvimento em REDD. O secretário Quesada disse que o México já está negociando com a Noruega para implementar programas. No entanto, esquemas semelhantes de PSA no México estão longe de ser bem sucedidos, indicando a possibilidade de impactos negativos significativos se o REDD é implementado desta maneira.

O ProArbol é um caso em questão. Financiado em grande parte através de PSA, ProArbol é um programa federal dedicado a apoiar o setor florestal. Centra-se na conservação e restauração de florestas, matas e vegetação em regiões áridas e semi-áridas do México. No entanto, em 2009, uma pesquisa realizada pelo jornal El Universal concluiu que dois anos após sua criação o ProArbol não tinha sido bem sucedido. Mais da metade da vegetação plantada consistiu de cactus e 90% das árvores plantadas em 2007 haviam morrido.

O programa também teria sido corroído pela corrupção. Em 2008, a Auditoria Superior de Fiscalización realizou três auditorias para a Comisión Nacional Forestal, em Chiapas, após uma série de denúncias sobre o desvio de recursos, inclusive em campanhas eleitorais. O jornal Cuarto Poder afirmou no início deste ano que, “em 2008 havia preocupações em Chiapas sobre a gestão de 18.327.444 pesos”, mas ninguém foi acusado e nenhuma investigação foi realizada. Além disso, “a maioria das mudas não foram plantadas, e o que foi plantado está perdido.”

Muitas experiências de PSA no México são apresentados como grandes sucessos para o mundo, como a Reserva da Biosfera Sierra Gorda, em Queretaro e Scolel Te em Chiapas. Ainda de acordo com assessores para REDD, “é importante incluir todas as lições

aprendidas nos diferentes esquemas de PSA para o desenvolvimento de propostas de REDD. Embora as experiências tenham sido bem sucedidas em alguns casos, em outros esses não têm um impacto notável sobre as taxas de desmatamento, a conservação ambiental de um determinado serviço (água, carbono, biodiversidade), ou sobre a qualidade de vida das comunidades locais.”

As comunidades indígenas de Chiapas também têm sido criminalizadas, muitas vezes na seqüência de queixas de organizações ambientalistas, como a Pronatura México e a Conservación Internacional México.

Durante o trabalho de campo, Amigos da Terra, México / Otros Mundos se deparou com alguns dos perigos que estes mecanismos de mercado podem acarretar para as comunidades indígenas e camponesas e para as florestas. As florestas são agora um bem altamente valorado e os povos indígenas são cada vez mais acusados de desmatamento e pelas mudanças climáticas, especialmente nos meios de comunicação. Houve realocações planejadas e despejos violentos perto da reserva Montes Azules e da Selva Lacandona. As comunidades afirmam que sempre cuidaram das florestas, uma vez que eles precisam delas para obter alimentos, lenha e remédios naturais e que o problema da mudança climática é causada pela sociedade industrial. A preocupação das comunidades é que as populações rurais agora vão sofrer as conseqüências. Amigos da Terra México/Otros Mundos acredita que as autoridades do estado de Chiapas e do governo federal estão utilizando a mudança climática como desculpa para implementar políticas públicas que não são amplamente aceitas pela sociedade.

Como resultado de todas estas deficiências, as comunidades camponesas no México não confiam nas autoridades florestais e agrárias e até agora não há um marco adequadamente desenvolvido e verificado em âmbito nacional para a introdução de REDD.

Fonte: Amigos da Terra México Otros Mundos / AC / Chiapas



foto Jessica Ciacci - Chiapas

## três ... mas redd está tomando forma mesmo assim

Fora das salas de negociação, REDD está ganhando velocidade - a ponto de criar um risco distinto, de que a forma que REDD está tomando nos projetos no chão venha a determinar o que os governos irão ou não concordar no âmbito da CQNUMC.

A situação também é caótica, com diferentes tipos de instituições multilaterais, países doadores e fundos bilaterais envolvidos. Como resultado desta situação desconexa, as informações sobre REDD tendem a ser dispersas. No entanto, a Parceria Interina para REDD + (ver abaixo) começou a recolher informações, publicando o seu primeiro “Relatório de Síntese”, e relatórios individuais de cada país e instituições em maio de 2010 (REDD + Relatório de Síntese, 2010).<sup>8</sup>

O relatório deixa claro que as atividades de REDD que estão sendo financiadas são muitas e variadas. Algumas estão focadas

em uma série de atividades preparatórias para REDD, tais como processos de planejamento e consulta e na avaliação do estado atual das florestas. No entanto, as “atividades de demonstração” e “pagamentos baseado no desempenho” já representam 30% dos fundos gastos (REDD + Relatório de Síntese, 2010:9). Em outras palavras, o REDD já está acontecendo.



Queimadas na Amazônia

## banco mundial: parceria de carbono florestal (fcpf)

O Banco Mundial foi o primeiro a entrar na disputa por REDD. O Banco lançou o seu Forest Carbon Partnership Facility em 2007, destinado a ajudar os países a “se prepararem” para REDD e estabelecer alguns projetos-piloto.

O Banco tinha e continua tendo a intenção de assumir a liderança no financiamento do clima e promover o papel dos mercados de carbono. Muitos países do Anexo I também preferem ver o Banco Mundial como gestor de suas contribuições, já que assim teriam maior controle sobre o que poderia ser feito com esses recursos devido à estrutura de governança do Banco orientada aos doadores: “um dólar, um voto”.<sup>9</sup> Há relatos de que a FCPF está focada na forma de tornar-se a “entidade coordenadora geral de todas as agências de implementação da preparação para REDD (readiness)”, com o Programa de Investimento Florestal (FIP) do Banco Mundial se esforçando para atingir o mesmo status no que diz respeito à implementação de REDD (Martone, 2010).

No total, 37 países se candidataram e foram selecionados<sup>10</sup> (embora o engajamento de quatro países - Chile, El Salvador, Papua Nova Guiné e do Paraguai - parece ter chegado a um impasse, pelo menos segundo o “painel” da FCPF).<sup>11</sup> O financiamento para tanto foi empenhado ou comprometido pela Noruega, Alemanha, Holanda, Japão, Austrália, Finlândia, Suíça, Espanha, Dinamarca, França, Reino Unido e EUA, totalizando US \$ 130 milhões em junho de 2009 e US \$ 151.8 milhões em junho de 2010 (World Bank, 2010). Em junho de 2010, apenas 10% - US \$ 12.955 milhões – haviam sido efetivamente gastos (REDD + Relatório de Síntese, 2010).

O envolvimento do Banco nas negociações sobre a mudança climática tem sido muito criticado pela sociedade civil<sup>12</sup>. Talvez como resultado disso, o FCPF está agora mais aberto à participação de observadores, incluindo representantes da sociedade civil e dos Povos Indígenas (REDD + Relatório Síntese). Também deve ser o caso de uma série de salvaguardas aplicáveis, incluindo a aplicação do princípio do consentimento livre, prévio e informado e medidas para salvaguardar os direitos dos Povos Indígenas. Além disso, os mecanismos de responsabilização (*accountability*) do Banco Mundial devem ser aplicados, incluindo a sua Política Operacional (OP) sobre as avaliações ambientais (OP 4.01), Povos Indígenas (OP 4.1), recursos culturais físicos (OP 4.11), e o re-assentamento involuntário (OP 4.12; GFC, inédito). No entanto, é possível que estas garantias possam ser contestadas por um ou mais participantes de REDD.

8 Uma lista com atualizações sobre uma ampla gama de fundos de clima, incluídos fundos de carbono florestal podem ser encontrados aqui: [www.climatefundsupdate.org/listing](http://www.climatefundsupdate.org/listing).

9 Para mais detalhes ver: [www.bicusa.org/en/InstitutionStructure.5.aspx](http://www.bicusa.org/en/InstitutionStructure.5.aspx)

10 Argentina, Bolívia, Camarões, República Central Africanac, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Democrática do Congo, El Salvador, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Ghana, Guatemala, Guayana, Honduras, Indonésia, Kenia, República Popular de Laos, Libéria, Madagascar, México, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Perú, República do Congo, Suriname, Tanzânia, Tailândia, Uganda, Vanuatu e Vietnam.

11 Para mais informações e atualizações nacionais recentes ver o painel informativo da FCPF em [www.forestcarbonpartnership.org/fcp/node/283](http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/node/283)

12 Um debate em andamento, ver [www.foei.org/en/get-involved/take-action/call-for-world-bank-to-stay-out-of-un-climate-negotiations](http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/call-for-world-bank-to-stay-out-of-un-climate-negotiations)

## três ... mas redd está tomando forma mesmo assim

### banco mundial: programa de investimento florestal (fip)

O relativamente novo FIP do Banco Mundial faz parte do seu Fundo Estratégico para o Clima e é apoiado por fundos provenientes da Austrália, Dinamarca, Japão, Noruega, Reino Unido e dos EUA. Com foco na implementação de REDD, com oito países-piloto tendo sido selecionados para receber apoio - Brasil, Burkina Faso, República Democrática do Congo, Gana, Indonésia, República Democrática e Popular de Laos, México e Peru - *“com um claro foco em investimentos que irão iniciar as transformações no setor florestal e os setores que afetam as florestas”* (REDD + Relatório de Síntese, 2010).<sup>13</sup>

O FIP prometeu fundos de pouco mais de US\$ 560 milhões, mas nada desta quantia tinha sido alocada até agosto de 2010 (e alguns destes recursos estão condicionados à performance do fundo). É importante que isso represente uma média de US \$ 70 milhões para cada um dos oito países-piloto. Esta quantia é significativamente maior do que os US\$ 227 milhões prometidos pela FCPF<sup>14</sup>, que, quando divididos entre os 37 países, aloca em média US\$ 6 milhões por país (REDD + Relatório Síntese)

O FIP, que é em parte uma linha de crédito, tem uma agenda mais ampla do que o FCPF: prevê um *“financiamento de ponta para a transição”*. Isso inclui o financiamento para ajudar os países a *“contribuir para os vários benefícios, como a conservação da biodiversidade, a proteção dos direitos dos Povos Indígenas e*

*das comunidades locais, a redução da pobreza e a melhorias de meios de subsistência rurais”* (REDD + Relatório de Síntese, 2010: contribuição FIP). Destina-se, entre outras coisas, a abordar as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal, facilitar o incremento do investimento privado em modos de vida alternativos para comunidades dependentes de florestas e a melhorar a aplicação da legislação florestal e da governança (contribuição FIP para REDD + Relatório Síntese 2010). O FIP também estabeleceu um mecanismo de doação específica para os Povos Indígenas e comunidades locais (REDD + Relatório de Síntese, 2010: contribuição do Reino Unido).

No entanto, foram levantadas questões sobre como os países participantes foram selecionados. Existe também a preocupação quanto ao fato do FIP poder realmente fornecer outra coisa senão negócios como de costume (business as usual), especialmente se os fundos são desembolsados prematuramente antes de os países realmente terem a capacidade de lidar com REDD. Além disso, é extremamente preocupante que foram rejeitadas as recomendações da sociedade civil para a inclusão de critérios específicos quanto à conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIPS) e a exigência do Consentimento Livre, Prévio e Informado dos Povos Indígenas afetados (BWP, 2010).

### un-redd

O Programa Colaborativo das Nações Unidas para REDD (UN-REDD), também visa ajudar os países para se prepararem para o REDD. Os objetivos dos seus projetos incluem a quantificação do carbono armazenado nas florestas e questões relativas à propriedade e posse das florestas.



Crianças da tribo Makushi brincando, Floresta Iwokrama Guiana

foto Simon Rawles/Friends of the Earth

Em termos de finanças, é menor do que a FCPF e o FIP do Banco Mundial, com despesas previstas para o período de implementação rápida, de 2010-2012, em torno de US \$ 49,501.658 em maio de 2010 (REDD + Relatório de Síntese, 2010:15). O UN-REDD está atualmente financiando projetos na Bolívia, República Democrática do Congo, Indonésia, Panamá, Papua Nova Guiné, Tanzânia, Vietnã e Zâmbia.

<sup>13</sup> Para mais informações: [www.climatefundsupdate.org/listing/forest-investment-program](http://www.climatefundsupdate.org/listing/forest-investment-program) e [www.climateinvestmentfunds.org/cif/node/5](http://www.climateinvestmentfunds.org/cif/node/5)

<sup>14</sup> Ver: [www.un.org/esa/forests/pdf/aheg/aheg1/UN-REDD-Vahanen.pdf](http://www.un.org/esa/forests/pdf/aheg/aheg1/UN-REDD-Vahanen.pdf)

## financiamento bilateral de redd<sup>15</sup>

Há também uma infinidade de fundos privados e bilaterais para REDD e projetos incluindo o Fundo Amazônia, o Fundo Florestal para a Bacia do Congo (Noruega e Reino Unido) e as iniciativas bilaterais da Austrália, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Japão, Noruega, Suécia, Reino Unido, Conservação Internacional e da Wildlife Conservation Society<sup>16</sup>.

Entre os mais conhecidos está a Iniciativa de Clima e Floresta da Noruega, pesando uma bolada de US \$ 440 milhões dólares por ano, ao longo de vários anos. Desta quantia, até US\$ 1 bilhão foi comprometido com a Indonésia, e mais US\$ 1 bilhão para o Fundo Amazônia (um fundo criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES). Finanças também estão sendo canalizadas para o Fundo da Bacia do Congo, UN-REDD, projetos de REDD, na Guiana, México e Tanzânia, e algumas atividades da sociedade civil (Noruega, 2010).

A colaboração da Noruega com a Indonésia, formalizado em maio de 2010, pode ser instrutiva quanto às dificuldades inerentes a garantir que os fundos de REDD não sejam simplesmente

usurpados pela exploração das empresas madeireiras e que promovem as monoculturas de árvores. O acordo deve incluir uma “suspensão de dois anos em todas as novas concessões para a conversão de turfa e de florestas naturais” e os fundos não são destinados para o reflorestamento (Noruega, 2010B). Mas parece que o governo da Indonésia pode estar voltando atrás, possivelmente devido ao forte lobby de interesses industriais que sem dúvida estão ansiosos para garantir que não sejam excluídos dos ganhos de REDD. A promessa de futura moratória parece estar diminuindo: em agosto de 2010, um oficial do governo da Indonésia alegou que a moratória deveria começar cobrindo apenas 50% da área florestal (Reuters, 2010). Também foi relatado que a Indonésia quer renegociar o contrato para incluir reflorestamento (Jakarta Post, 2010). As negociações bilaterais sobre a forma como a moratória deve ser implementada estão em andamento.

<sup>15</sup> Para informações mais completas sobre o financiamento bilateral para REDD+, ver o Synthesis Report (2010).

<sup>16</sup> Ver REDD+ Synthesis Report, 2010:6-7 para detalhes.



Plantação de pinus na Comuna de Toltén, sul do Chile

foto Rolando Díaz

## três ... mas redd está tomando forma mesmo assim

### parceria interina para redd +

Há também uma forte possibilidade de que o ritmo lento das negociações oficiais da CQNUMC será simplesmente contornado pelos países interessados em avançar o mais rapidamente possível. Isto certamente parece ser o propósito da Parceria Interina para REDD +, iniciada pela Noruega e pela França e lançada durante a Conferência do Clima e Floresta em Oslo, 27 de Maio de 2010.

Esta parceria visa proporcionar um “*marco voluntário, não juridicamente vinculante, no qual os parceiros podem desenvolver e implementar esforços colaborativos de REDD +*” (Noruega, 2010C). Os documentos de fundação da parceria dizem que esta irá apoiar e contribuir para, ao invés de prejudicar, o processo da CQNUMC e que será “*substituída por um mecanismo futuro da CQNUMC, incluindo REDD +*” (Noruega, 2010C). Mas também é claro que a parceria irá, entretanto, permitir que os “*parceiros ampliem as ações e o financiamento para REDD +, e, para esse fim, tomar medidas imediatas, incluindo a melhoria da eficácia, eficiência, transparência e coordenação das iniciativas de REDD + e de instrumentos financeiros*” (Noruega, 2010C).

Em outras palavras, a parceria poderia se tornar efetivamente um “*processo fora da CQNUMC, onde as atividades relacionadas a REDD serão compartilhadas e o consenso será martelado sobre vários temas críticos que ainda estão pendentes nas negociações*” (Martone, 2010).

Pode-se discutir se a existência da parceria também irá remover, ou pelo menos reduzir, a necessidade dos países participantes

a se comprometerem a fim de chegar a um acordo de REDD no contexto da CQNUMC. Também poderia atuar como um precedente para lidar com outras questões controversas e atualmente em impasse dentro da CQNUMC (Martone, 2010), e, portanto, ameaçar solapar os processos democráticos da ONU.

Inicialmente esta parceria se desenvolveu muito rapidamente, mas ultimamente tornou-se atolada em grandes diferenças sobre questões organizacionais e regras de engajamento com os representantes da sociedade civil e dos Povos Indígenas. Em setembro de 2010, 68 países foram registrados como parceiros<sup>17</sup> (Noruega, 2010C). Atualmente a parceria é co-presidida pelo Japão e pela Papua Nova Guiné.

A parceria também foi duramente criticada por sua incapacidade de incluir a sociedade civil e os Povos Indígenas, na sua concepção e desenvolvimento. Os que tentaram intervir foram efetivamente excluídos das últimas reuniões, às vezes porque os convites foram emitidos muito tarde de forma a tornar os arranjos de viagem impossíveis<sup>18</sup>. A crítica provocou forte discordância entre os países participantes sobre o nível de inclusão e transparência da parceria.

O documento fundador da Parceria também não faz qualquer menção aos direitos dos povos indígenas (apesar de se referir aos seu envolvimento em processo relativos ao REDD). A preocupação com esta omissão foi recebida com respostas evasivas (Martone, 2010).



Escavadeira derruba a floresta para abrir caminho para uma plantação de palma azeiteira, Indonésia



Corte raso de floresta nativa, Cordilheira de Mawuidanche, sul do Chile

<sup>17</sup> Para a lista completa de países ir para [reddpluspartnership.org/65230/en/](http://reddpluspartnership.org/65230/en/).

<sup>18</sup> Para mais detalhes e para ler a submissão da sociedade civil junto à Parceria Interina de REDD + ver em [www.fern.org/node/4824](http://www.fern.org/node/4824) e [www.fern.org/node/4821](http://www.fern.org/node/4821).

## mercado voluntário de carbono

REDD não está atualmente incluído no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, mas há um debate em curso na CQNUMC sobre se REDD deve ser financiado através do mercado de carbono mandatório. Há muitas razões porque não, incluindo as preocupações sobre a privatização dos recursos naturais, a volatilidade e imprevisibilidade dos mercados em geral e o aumento potencial de corrupção.

No entanto, muitos projetos de REDD estão sendo desenvolvidos atualmente na base de que eles poderão vender créditos de carbono gerados a partir de REDD nos mercados voluntários de carbono até que o REDD seja decidido na CQNUMC. Uma vez que isso aconteça, os fornecedores terão como objetivo vender aos mercados mandatórios estabelecidos, já que os lucros serão maiores (ver estudo de caso Ulu Masen, por exemplo; EcoSecurities, 2007)<sup>19</sup>.

O mercado voluntário, muito menor, está separado dos mecanismos de flexibilização que permitem o comércio das reduções mandatórias. Este oferece um lugar para compras de compensação por compradores privados, como indivíduos ou empresas que desejam melhorar a sua pegada de carbono. Estes mercados voluntários vêm comprando créditos gerados por iniciativas como o desmatamento evitado desde o início dos anos 1990 (EcoSecurities, 2007).



A floresta Iwokrama possui uma operação de extração sustentável de Madeira que recebeu certificação pelo FSC. Apenas uma pequena porcentagem da floresta é retirada e a operação é estritamente controlada. Guiana

19 Para mais informações ver: [www.green-markets.org/voluntary.htm](http://www.green-markets.org/voluntary.htm).

## quatro por que tão rápido? mobilizando recursos financeiros de redd para lucros e “greenwash”

REDD tem sido promovido como um mecanismo que poderia canalizar dezenas de bilhões de dólares por ano para quem reduzir emissões por desmatamento e degradação florestal. O projeto Ulu Masen na Indonésia (ver estudo de caso), por exemplo, tem como objetivo gerar até US \$ 432 milhões nos próximos 30 anos (Asian Green Governors' Round Table 2009).

Apesar de ainda não haver acordo sobre quem vai e quem não vai se beneficiar de um possível mecanismo de REDD na CQNUMC, é evidente que diversos países, empresas e comunidades estão sob a impressão de que poderiam colher uma parte da sua recompensa prometida. Isto tem injetado uma dinâmica no processo de REDD que não é evidente em outras deliberações da CQNUMC.

No entanto, o potencial de ganhos significativos também trouxe jogadores de peso-pesado para a cena, potencialmente para desvantagem dos outros participantes. Estas grandes

empresas têm mais capital, experiência e influência e assim podem imprimir uma tendência ao desenvolvimento do REDD em geral, e na concepção dos projetos de REDD em particular, em seu favor. Alguns projetos, como em Rimba Raya na Indonésia, estão sendo agora explicitamente descritos por seus patrocinadores como projetos de “fins lucrativos”.

De particular atenção é o fato de que algumas das maiores companhias de energia do mundo estão se engajando em projetos de carbono florestal. Há numerosos exemplos detalhados neste relatório, incluindo Shell (Rimba Raya, Indonésia), BP, Electric Power e PacifiCorp (Noel Kempff Mercado, na Bolívia) e General Motors, Chevron Texaco e American Electric Power (Guaraqueçaba, Brasil). De forma similar, a empresa Shire Pacific Offshore, um investidor do projeto de Conservação Florestal no Paraguai é proprietária e opera navios de apoio à indústria offshore de petróleo e gás e sua empresa original é a maior acionista da companhia aérea Cathay Pacific.

### empresas de petróleo e gás na américa latina

Ciente dos muitos conflitos que a extração de petróleo gera, as empresas estão ansiosas para demonstrar sua vontade de compensar os danos que causaram. A estratégia de REDD é neste caso muito útil: facilita este “greenwash”, uma maquiagem verde, e até permite que se lucre a partir disso. REDD também permite que estas empresas continuem expandindo suas fronteiras de exploração e extração de petróleo.

A BP, por exemplo, tem extraído petróleo no departamento de Casanare, na Colômbia, desde 1990, e destruindo florestas e recursos hídricos importantes no processo. Este é um dos muitos projetos de petróleo nas comunidades e territórios ancestrais altamente valorizadas pela sua biodiversidade<sup>20</sup>. No entanto, a participação da BP no projeto existente há 14 anos em Noel Kempff Mercado - Projeto de Ação Climática, na Bolívia e promovido como um modelo para REDD, poderia acabar por legitimar e tornar aceitável toda a destruição que a empresa tem causado em outros lugares. Este projeto, apoiado também pelas empresas de energia American Electric Power e PacifiCorp, tem sido duramente criticado pois não estão claros exatamente quais os reais benefícios ao clima. Os números estimados para a redução alegada de gases de efeito estufa despencaram ao longo dos anos. A fuga (ou vazamento) do projeto é estimado em porcentagens muito maiores do que originalmente projetado (entre 42% e 60%, ao invés de 15%). Além disso, ele pode ter tido pouco impacto dado que a Bolívia já havia introduzido uma Lei Florestal em 1996, a qual reduziu de qualquer maneira a área de concessões em 75% (Greenpeace, 2009).

Outro exemplo de investimento simultâneo em REDD e combustíveis fósseis está tomando forma na Amazônia brasileira (embora neste caso envolva uma doação direta ao invés de compra antecipada de créditos de carbono). O governo norueguês é o principal doador para o Fundo Amazônia, e a Noruega é considerada como um país campeão e líder internacional e apoio à REDD (Amigos da Terra Brasil, 2010). No entanto, o governo da Noruega assinou um contrato entre a estatal de petróleo Noruega, Statoil e a gigante estatal brasileira de petróleo, a Petrobrás, para prospecção de petróleo em águas profundas. O primeiro-ministro norueguês assinou os dois acordos durante uma mesma visita ao Brasil.

Os investimentos noruegueses também estão fluindo para mineração de bauxita e produção de alumínio na Amazônia. A empresa norueguesa Norsk Hydro ASA assinou recentemente um acordo para assumir o controle de empreendimentos de alumínio da empresa Vale no Brasil. Este acordo dá o controle de concessão de minas e unidades de processamento à empresa norueguesa. A empresa também vai se beneficiar do fornecimento de energia hidrelétrica barata a partir da planejada usin hidrelétrica de Belo Monte, que irá inundar centenas de quilômetros quadrados de floresta tropical e ameaça a sobrevivência dos povos indígenas do Xingú.

Fonte: Cardona & Avendaño (2010)

20 Para o mapa da Oilwatch sobre atividades de hidrocarbonantes em áreas protegidas da Ásia, América e África ver em: [www.oilwatch.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=48&Itemid=94&lang=es](http://www.oilwatch.org/index.php?option=com_content&task=view&id=48&Itemid=94&lang=es).

Empresas do setor de petróleo não são as únicas que pretendem utilizar REDD para “greenwash” sua imagem e evitar a redução das emissões. As empresas e interesses madeireiros, por exemplo, são também cada vez mais ativas. A Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO, por sua sigla em inglês), uma instituição inter-governamental de países envolvidos na produção e consumo de madeira proveniente de florestas tropicais, já lançou seu Programa Temático em REDD e Incremento dos Serviços Ambientais nas Florestas Tropicais<sup>21</sup>. A ITTO também participa da Parceria Colaborativa para as Florestas que vai “colaborar” com o Programa das Nações Unidas sobre REDD, o UN-REDD<sup>22</sup>. Contudo a ITTO tem claramente os interesses da indústria madeireira no seu âmago e vem pressionando as negociações da CQNUMC para incluir o “manejo florestal sustentável” (que inclui extração comercial de madeira) e “florestas produtivas” (monoculturas) em REDD (ITTO, 2009).

Ao mesmo tempo, a ITTO também está fornecendo o financiamento para as áreas protegidas de até 2,9 milhões de hectares (ITTO, 2002)<sup>23</sup>, alguns dos quais já são conhecidas como protótipos de REDD, incluindo a Floresta Iwokrama na Guiana (REDD Monitor, 2010). O Conselho de Manejo Florestal (FSC) também está buscando expandir seu sistema de certificação para incluir REDD (FSC, 2010)

As empresas de mineração também estão se juntando a REDD. A Rio Tinto, por exemplo, uma empresa de mineração que é bem conhecida por violações dos direitos humanos e destruição ambiental (ILWU, 2010), está promovendo REDD como “*um instrumento econômico para compensar a pegada de carbono da RioTinto*”<sup>24</sup>.

Para grandes organizações como a *The Nature Conservancy*, *Flora and Fauna International* e a *Conservation International*, o negócio também parece estar crescendo. Essas organizações estão envolvidas no desenvolvimento e gestão de muitos projetos de REDD e muitas vezes, como mostram os estudos de caso do presente relatório, são encontradas participando nos diálogos nacionais que excluem as comunidades e organizações locais - especialmente aquelas que podem ser críticas de REDD.

Consultores de finanças do carbono também parecem atravessar um período muito frutífero. A consultoria McKinsey, por exemplo, cobrou de Papua Nova Guiné US\$ 2,2 milhões dólares por quatro meses de trabalho de consultoria sobre REDD, adaptação e planejamento da mudança climática. E esta foi apenas para a primeira fase de um projeto contínuo (McKinsey, 2009).

## shell e gazprom em rimba raya, indonésia

A gigante de petróleo Shell, infame por sua associação com o assassinato do povo Ogoni e a destruição ambiental no Delta do Níger na Nigéria, já está correndo para REDD.<sup>25</sup> Shell, a empresa de gás russa Gazprom e a Fundação Clinton estão investindo no projeto de REDD Rimba Raya em 100.000 hectares de florestas de pântano de turfa tropical em Kalimantan Central, na Indonésia. É bem provável que o projeto de carbono Rimba Raya seja um grande negócio lucrativo (FoE Nigéria e IEN, 2010). O projeto está previsto para evitar 75 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) de ser emitido ao longo de 30 anos. A US \$10 por tonelada de CO<sub>2</sub>, isto geraria US \$ 750 milhões (Reuters, 2010b).

Em geral, é incerto se os povos indígenas e comunidades locais receberão uma parte de qualquer dos lucros obtidos pelos projetos de REDD. Os documentos do projeto Rimba Raya sugerem que mesmo os potenciais projetos acreditados junto à CCBA podem ser menos que o ideal neste aspecto. Rimba Raya é explicitamente promovida como um projeto de REDD “lucrativo”. Além disso, enquanto se concentra em fornecer saúde, educação e benefícios de subsistência para as comunidades locais, não é claro se alguma parte dos ganhos gerados com o projeto irá beneficiar diretamente as comunidades. A documentação do projeto diz que um fundo de US\$ 25 milhões será criado para promover uma série de benefícios permanentes para as comunidades (PDD Rimba Raya, 2010). Isto deixa um lucro potencial de algo em torno de US\$ 725 milhões dólares para os investidores do projeto.

21 Ver Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), Programa Temático em Redução de Desmatamento e Degradação Florestal e Incremento dos Serviços Ambientais nas Florestas Tropicais (REDDES)

[www.itto.int/files/user/TPD\\_ITTO\\_REDES\\_E\\_public.pdf](http://www.itto.int/files/user/TPD_ITTO_REDES_E_public.pdf)  
[www.itto.int/en/thematic\\_programme\\_general/](http://www.itto.int/en/thematic_programme_general/).

22 Para mais informações ir para UN-REDD Programa – Parcerias, [www.un-redd.org/AboutUNREDDProgramme/Partnerships/tabid/1056/language/en-US/Default.aspx](http://www.un-redd.org/AboutUNREDDProgramme/Partnerships/tabid/1056/language/en-US/Default.aspx).

23 Os 2.9 milhões de hectares de reserva estão localizados na região de Tambopata-Madidi, ao longo da fronteira entre o Peru e a Bolívia. Outro projeto financiado pela ITTO é uma área protegida de 2.4 milhões de hectares, uma mega-reserva nas montanhas Condor ao longo da fronteira Peru-Ecuador que é manejada pela Conservation International. [www.itto.int/direct/topics/topics\\_pdf\\_download/topics\\_id=3630000&no=1&disp=inline](http://www.itto.int/direct/topics/topics_pdf_download/topics_id=3630000&no=1&disp=inline)

24 IUCN – Rio Tinto Facilitated Workshop Summary [cmsdata.iucn.org/downloads/workshop\\_summary.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/workshop_summary.pdf)  
Ver também: “The Financial Costs of REDD: Evidence from Brazil and Indonesia” financiado pela Rio Tinto: [cmsdata.iucn.org/downloads/costs\\_of\\_redd\\_summary\\_brochure.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/costs_of_redd_summary_brochure.pdf)

25 Para mais informações ver [www.foei.org/en/what-we-do/corporate-power/global/archive/2009/shell-forced-to-settle-out-of-court](http://www.foei.org/en/what-we-do/corporate-power/global/archive/2009/shell-forced-to-settle-out-of-court).

## cinco a luta de povos indígenas e comunidades das florestas para serem ouvidos

Garantir que as vozes dos Povos Indígenas e das comunidades locais sejam ouvidas durante a corrida para criar projetos de REDD foi e continua sendo uma luta difícil, tanto a nível nacional como internacional.

O Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas reiterou seu apelo para a inclusão de referências fortes e explícitas aos direitos dos Povos Indígenas. Isso inclui a resolução sobre a posse da terra, direitos de carbono, bem como o direito à autodeterminação e ao Consentimento Livre, Prévio e Informado. Também inclui o cumprimento da UNDRIP como condição prévia para qualquer projeto de REDD em terras indígenas.

No entanto, parece que a CQNUMC (em negociações como no AWG-LCA) pode deixar de reconhecer explicitamente a necessidade de “implementar”, bem como “apoiar e promover” fortes salvaguardas sociais, ambientais e de direitos humanos. Isto resultaria em um texto fraco que poderia ser mais facilmente manipulado por empresas e governos, permitindo-lhes acesso a financiamentos de REDD sem a aplicação de salvaguardas.

Essas batalhas, aparentemente sobre nuances lingüísticas, refletem litígios muito reais relativos ao REDD e que se desdobram sobre os territórios. Na maioria dos casos analisados neste relatório, os Povos Indígenas e outros estão se esforçando para realização de consultas e outros processos relevantes, apesar de seu envolvimento em REDD e seus ganhos potenciais decorrentes deste engajamento já terem sido amplamente promovidos. Respeito pelo cumprimento dos direitos dos Povos Indígenas também parece ser um elemento que falta em muitos casos. Há também uma preocupação sobre os impactos sobre as sociedades e culturas indígenas.



Encontro “Dia de bosques”, atividade de educação ambiental na floresta desde a perspectiva da cultura Mapuche, comunidade “lof epurewe”, Comuna de Loncoche, sul do Chile

*“REDD, assim como o comércio de carbono e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, tem o dinheiro como seu foco principal quando de fato estamos falando de um bem comum, sem proprietários e para o benefício de todas as pessoas. Além dos riscos evidentes de corrupção que isso implica, a mercantilização dos recursos florestais confronta a visão de mundo das culturas indígenas, impondo sobre eles uma cultura neoliberal de mercado”.*

*Amigos do México da Terra /Otros Mundos*

O Paraguai é talvez o exemplo mais esperançoso dos estudos de caso analisados no presente relatório. O governo de esquerda recém instalado está empenhado em garantir que as preocupações dos Povos Indígenas sejam encaminhadas e a Coordenadora para la Autonomia de Pueblos Indígenas (CAPI) está participando da equipe técnica que está discutindo REDD com o UN-REDD (ver estudo de caso do Paraguai). É importante notar que a também a República Democrática do Congo criou uma comissão nacional de REDD com participação igualitária entre o governo e a sociedade civil.

Em Ulu Masen na Indonésia, no entanto, uma abordagem participativa muito divulgada e que parecia tão boa no papel, foi efetivamente ignorada na realidade. A consulta adequada e o envolvimento da comunidade na concepção e na implementação do projeto têm sido negligenciados, aparentemente para acelerar o projeto. Outro exemplo pode ser encontrado na Guiana. Lá, o governo estabeleceu um suposto processo inclusivo de consulta que é de fato marginalizar as partes interessadas que adotam uma posição mais crítica em relação aos planos do governo.

Da mesma forma, os financiadores privados do projeto de Conservação das Florestas do Paraguai são surpreendentemente explícitos sobre suas intenções de garantir que o projeto avance rapidamente sem ser atrasado por processos consultivos demorados e que demandem muito tempo junto aos Povos Indígenas. Curiosamente, eles não parecem ver isso como um impedimento para a aquisição de acreditação junto à CCBA. Este projeto tem sido fortemente criticado por organizações da sociedade civil por sua falha em respeitar a falta de consentimento de fato que deveria ser concedida aos Povos Indígenas que vivem em isolamento.

## paraguai: assegurando que as vozes dos povos indígenas sejam ouvidas

Em agosto de 2008, no Paraguai, o turno de 60 anos da direita no poder representada pelo Partido Colorado chegou ao fim pacificamente com a eleição do ex-bispo católico Fernando Armindo Lugo - conhecido como o “bispo dos pobres” - empossado como presidente. Lugo se compromete a doar terras para os sem-terra, lutar contra a corrupção e apoiar os direitos e interesses dos Povos Indígenas. O governo tomou assim uma abordagem mais cautelosa para a implementação de REDD, dadas as preocupações que foram levantadas pelas organizações da sociedade civil e povos indígenas (como resultado, a aplicação antecipada do Paraguai para participar do FCPF está em espera).

O governo conservador anterior era ardentemente em favor de mecanismos de mercado rentáveis como uma maneira de resolver os problemas ambientais. Esta abordagem, combinada com os anos de confisco de terras sob a ditadura militar do general Alfredo Stroessner, teve um efeito cumulativo sobre Povos Indígenas do Paraguai e os pequenos agricultores. Estes se viram cada vez mais expulsos de suas terras e na miséria (GFC e Alter Vida, 2008). A abordagem de mercado do governo anterior foi acirrada em 2006 quando o Paraguai introduziu seu ato de valoração e remuneração dos serviços ambientais (Lei 3001/06 também conhecida como Pagamento por Serviços Ambientais ou PSA). Isto foi feito sem uma consulta adequada com os movimentos sociais, povos indígenas ou das organizações camponesas e de pequenos agricultores.

PSA está destinado a promover a conservação da floresta através da criação de um mercado de serviços ambientais e para compensar os proprietários de terras do Paraguai pelos serviços ambientais fornecidos por suas terras. O PSA seria financiado por meio de pagamentos de “compensações” de empresas cujas atividades têm impactos ambientais negativos em outras partes do país. Os PSA até absolviam os proprietários de terras que haviam violado a lei florestal existente, permitindo-lhes compensar os desmatamentos ilegais da floresta através da compra de certificados de compensações de biodiversidade (a conversão de florestas é legalmente proibida na metade oriental do Paraguai, GFC e Alter Vida, 2008).

Este marco do PSA abriu o caminho para o REDD, que foi recebido de braços abertos. O governo anterior iniciou discussões com o FCPF, e depois com o programa da UN-REDD, na criação de uma estratégia nacional de REDD. O governo novamente deixou de consultar os Povos Indígenas ou comunidades locais, preferindo trabalhar com um punhado de grandes organizações conservacionistas, em parte estrangeiras. Estas foram consultadas sobre a nota técnica de informação dos projetos de preparação para REDD (R- PIN) a qual foi apresentada ao Banco Mundial em julho de 2008

A R-PIN mencionou uma “rede de organizações indígenas”, que havia sido consultada, mas não há uma rede desta natureza no Paraguai. De fato, a principal coalizão dos Povos Indígenas, CAPI, não tinha sido nem informada da iniciativa. Os observadores internacionais indígenas para o FCPF juntamente com os Amigos da Terra Paraguai / Sobrevivencia alertaram a CAPI sobre a desinformação contida no R-PIN. A CAPI então escreveu uma carta furiosa ao Banco Mundial, fato que levou a uma suspensão do processo no FCPF. Este permanece em suspenso, com o resumo no painel de instrução do Banco Mundial comentando que: “Um parceiro de entrega além do BM precisaria ser identificado” (World Bank, 2010B).

O novo governo de Lugo declarou que iria garantir a participação indígena na elaboração de uma nova proposta com as Nações Unidas e convidou a CAPI para a equipe técnica encarregada de desenvolver e implementar a estratégia de REDD. A CAPI agora formalmente participa na equipe técnica do UN-REDD para o Paraguai, a qual realizou diversas reuniões e sessões de trabalho, mas ainda não está formalmente constituída (UN-REDD, 2010b).

Outro esquema de REDD paraguaio que está tocando alarme bem altos é o extremamente privado Projeto de Conservação Florestal do Paraguai, o qual aplicou para certificação junto ao CCBA. Os documentos do projeto foram apresentados pela ONG de conservação Guyra Paraguay, Swire Pacific Offshore e a World Land Trust (CCBA, 2010). Este projeto também tem sido fortemente criticado por ambos os Amigos da Terra /Sobrevivencia e os membros paraguaios da Global Forest Coalition (GFC) por violar a lei paraguaia sobre os direitos indígenas e por ignorar a UNDRIP.

Além disso, a multinacional Swire Pacific Offshore (SPO, 2010) é proprietária e opera os navios de apoio à indústria offshore de petróleo e gás. Os negócios da empresa-mãe Swire Pacific centrais estão em propriedades, aviação, bebidas, serviços e comércio marítimo e atividades industriais. É o maior acionista da companhia aérea Cathay Pacific, que se orgulha de voar mais de 24 milhões de passageiros de avião por ano (SPG, 2010). A empresa tem um objetivo declarado de se tornar ‘carbono neutro’ (CCBA, 2010). No entanto, não está claro se pretende vender ou fechar qualquer dos seus negócios prejudiciais ao clima.

O Projeto de Conservação Florestal do Paraguai abrange a área de La Amistad, e o território do Povo Ishir no Alto Paraguai. Também afeta os territórios dos Mbyá Guarani (em e em torno de La Amistad, na Região Leste) e do Povo Ayoreo (no Chaco-Pantanal). No entanto, os documentos do projeto apresentados ao CCBA

## cinco a luta de povos indígenas e comunidades das florestas para serem ouvidos

continuação

deixam perfeitamente claro que os gerentes de projeto não têm intenção de adiar o projeto para adquirir o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas afetados. Por exemplo, dizem que: *“na prática, porém, os Mbyá buscam um processo completo de consulta e de compreensão dos conceitos envolvidos antes de qualquer compromisso, o que não se encaixa no calendário de tomada de decisões que o projeto deve aderir. Uma situação semelhante também atrasou a implementação das iniciativas da UN-REDD”* (CCBA, 2010:28).

Não houve um verdadeiro processo de consulta com esses povos indígenas. As reuniões que foram organizadas foram apenas para fins informativos. Na verdade, a União dos Povos Nativos Ayoreo do Paraguai (UNAP), a Associação das Comunidades Indígenas de Itapuã e a CAPI explicitamente rejeitaram o projeto de uma reunião em agosto de 2009. Além disso, afirmam os Guarani Mbyá que a totalidade do território de San Rafael – incluindo a área de La Amistad e as áreas de reivindicação Guyra Paraguai são sua propriedade – é a sua guasu tekoha, ou “pátria grande”, e que este pedido foi oficialmente reconhecido pelo governo do Paraguai (Paraguai FoE et al., 2010).

Da mesma forma, a área do projeto no Chaco está sujeita a reivindicações de terras pelo Ayoreo. Os documentos do projeto reconhecem claramente que as principais organizações Ayoreo não deram o seu consentimento para o projeto (CCBA, 2010:84). No entanto, argumentam que a posição do povo Ayoreo não é necessariamente uma “recusa”. Na realidade, contudo, uma rejeição explícita foi feita em uma reunião na UNAP em julho de 2009 (FoE Paraguai et al., 2010).

O projeto também cobre as terras onde vivem comunidades indígenas em isolamento voluntário, pessoas cujos direito à

terra direitos ainda precisam ser resolvidas. A Constituição do Paraguai afirma que essa reivindicação territorial baseado na utilização histórica deve ser respeitada. De acordo com o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, a UNDRIP também implica que se deve restringir a execução de atividades que têm impacto sobre Povos Indígenas que vivem em isolamento voluntário. Como não é possível pedir o seu consentimento, a sua decisão de viver em isolamento deve ser interpretada como o não-consentimento. O único consentimento explícito para o projeto veio do Povo Ishir (um dos dois povos indígenas no Paraguai que não são membros da CAPI). No entanto, é relevante apontar que este consentimento foi resultado de um processo de consulta que durou somente uma semana.

Criticamente e, especialmente na área de la Amistad, a posse da terra é uma questão ainda por resolver. Problemas parecidos com os títulos de terra ilegal e ilegítimos ocorrem no Chaco. Lá, estima-se que mais de 75% dos títulos da terra são legalmente incorretos, a maioria destes envolvendo terras que foram distribuídas ou vendidos ilegalmente sob a ditadura militar. A implementação de um regime de PSA antes destas reivindicações de terras terem sido esclarecidas poderiam levar a graves conflitos potencialmente violentos entre os povos indígenas e entidades não-indígenas, e, possivelmente, entre os Povos Indígenas entre si (FoE Paraguai et al., 2010).

No geral, é bastante claro que este projeto está diretamente em conflito com as normas CCBA já que trata-se de uma “disputa não resolvida sobre a posse e direitos de uso de terras ou recursos” (CCBA, 2005). É também uma clara violação da Constituição Paraguuaia, da UNDRIP e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (FoE Paraguai et al., 2010).

Fonte: *Amigos da Terra Paraguai / Sobrevivencia*

## costa rica: o diálogo nacional de redd não tolera críticas

Há agora um processo de consulta em curso sobre REDD na Costa Rica, financiado pelo Banco Mundial (FCPF). No entanto, este processo é fortemente orientado para os que defendem uma forma de REDD financiada pelos mercados de carbono. Um documento inicial reconheceu as preocupações expressas pelo setor indígena e alguns grupos ambientais sobre a vinculação de REDD exclusivamente aos mercados globais de carbono (Gobierno de Costa Rica, 2010). No entanto, Amigos da Terra Costa Rica /COECOCEIBA declarou explicitamente sua completa oposição à inclusão do programa REDD nos mecanismos do mercado de carbono e propôs analisar abordagens alternativas. Esta posição foi totalmente ignorada no documento final. Após a Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas em Cochabamba, os Povos Indígenas também registraram sua

oposição à incorporação dos territórios indígenas nos mercados de carbono.

Os Amigos da Terra, Costa Rica participaram de duas reuniões e foi dito que uma terceira reunião seria realizada antes de que o projeto inicial da R-PP fosse apresentado ao Banco Mundial. No entanto, em julho de 2010, uma pesquisa na internet revelou que o documento não apenas já havia sido finalizado, mas já apresentado em uma reunião internacional. Em suma, parece que o governo da Costa Rica organizou consultas a pedido de, e financiado pelo Banco Mundial, mas não está disposto a ter em conta qualquer preocupação ou oposição registrados durante esses encontros.

Fonte: *Amigos Terra, Costa Rica / COECOCEIBA*

## nigeria: rushing to implement redd in cross river state

Embora não seja participante pleno do FCPF, nem da UN-REDD, a Nigéria está claramente se apressando para chegar junto com a multidão e foi aceita nestas duas entidades como observadora em março de 2010. Seus políticos também estão envolvidos na Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas.

A intenção é incluir 1 milhão de hectares de floresta tropical no estado de Cross River no REDD+. A área contém mais de 50% dos remanescentes florestais da Nigéria tropical. É o lar de 22 espécies de primatas, incluindo espécies endêmicas como o gorila de Cross River e 75% das espécies de árvores ameaçadas da Nigéria. As atividades propostas incluem “carbono, produtos florestais não-madeireiros, cultivos sustentáveis de árvores e ecoturismo” (Estado de Cross River Apresentação, 2010).

O governo do estado de Cross River afirma que realizou uma cúpula com as partes interessadas em junho de 2008 e pôs em vigor uma moratória de dois anos na extração madeireira, e também que criou uma força-tarefa anti-madeireiras (estado de Cross River, apresentação, 2010). O governo também menciona que há “exemplos valiosos de manejo florestal comunitário”.

Também reconheceu desafios, listados como: baixa familiaridade com REDD ou PSA no governo; baixa capacidade institucional; ausência de marco ou legislação federal ou estadual para REDD e carbono; incerteza em torno da posse da terra e dos direitos do carbono; baixo orçamento para as questões ambientais; e “lacunas significativas no desenvolvimento sustentável de PFNMs [Produtos Florestais Não Madeireiros] planos de manejo e comercialização” (estado de Cross River, apresentação, 2010).

As autoridades locais dizem que planejam construir um engajamento da comunidade e envolver a sociedade civil no Comitê Nacional de REDD. Ainda não está claro se a sociedade civil e os Povos Indígenas na região terão realmente o tempo necessário para receber informações e para compreender o processo de REDD e suas implicações e se envolver em um consulta significativa (estado de Cross River, apresentação, 2010). A Comissão Técnica Nacional de REDD+ foi formalmente inaugurada em julho de 2010. Inclui o cacique Peter Ikwen (Manejo Florestal Comunitário, estado de Cross River) e Priscila

Achapa (Programa Ambiental de Mulheres, All Africa, 2010) e o topógrafo Eik (Climat Change Network, Nigeria). No entanto, há sérias preocupações sobre a velocidade com que esta comissão está prevista para fazer seu trabalho e se esta tem alguma chance de participar plenamente e ouvir as comunidades e organizações da sociedade civil de maneira mais ampla. Durante o lançamento do Comitê o Ministro solicitou que se garantisse que a Nigéria fosse um membro integral em REDD+, apenas quatro meses depois de alistar-se como país participante (All África, 2010). Parece haver poucas chances de uma consulta significativa nessa velocidade.

REDD já é uma questão para muitos na Nigéria que estão extremamente preocupados com seus muitos possíveis impactos sociais e ambientais. Uma série de grupos da sociedade civil, incluindo a Amigos da Terra Nigéria/ Environmental Rights Action que se reuniram para uma estratégia de mesa redonda e encontro de capacitação sobre REDD, realizada em Calabar, Nigéria, em 18 de agosto de 2010, manifestaram sua profunda preocupação em um comunicado.

O comunicado ressaltou o risco da população pobre e dependente das florestas da Nigéria ser forçosamente expulsas de suas terras e que lhes seja negado o acesso às florestas que sustentam a sua cultura e subsistência. Também mostrou preocupação pelo fato de que as comunidades dependentes da floresta não foram devidamente engajadas ou envolvidas pelo governo no processo de negociação de REDD.

Além disso, não há conhecimento de Avaliação de Impacto Ambiental nas comunidades florestais alvo de REDD na Nigéria. O conhecimento sobre REDD e seus impactos potenciais é muito baixo, inclusive dentro do governo. Há também o medo que o interesse do governo nigeriano em REDD decorra dos enormes fundos envolvidos e não suas implicações ambientais e sócio-culturais.

Os signatários do comunicado também se opuseram fortemente à vinculação de REDD aos mercados de carbono e à inclusão de plantações no mecanismo de REDD, uma vez que ambos ameaçam diretamente a floresta<sup>26</sup>.

Os outros estudos de caso neste relatório fornecem exemplos de organizações que foram excluídas das consultas nacionais de REDD, aparentemente porque têm uma abordagem crítica para o REDD e/ou se preocupam com os seus impactos. Isto tem sido relatado, por exemplo, por grupos dos Amigos da Terra na Costa Rica e Libéria (ver estudos de caso) e Moçambique (Lemos, 2010)

A ausência de consulta é um problema que também foi oficialmente identificado por técnicos do Banco Mundial no World Bank's Technical Advisory Panel (TAP), que está encarregado de analisar os pedidos para o FCPF. No caso da

Colômbia, por exemplo, a revisão da TAP afirmou que, “não é evidente como o setor privado e comunidades indígenas têm uma responsabilidade imediata para a implementação de uma estratégia de REDD e como eles seriam envolvidos”, e que, “nenhum processo de consulta foi realizado ainda” (GFC, 2009:11). A revisão do TAP para o R-PIN do Panamá também revelou uma série de deficiências e omissões, principalmente relativas aos direitos dos Povos Indígenas, que entram em conflito com a própria constituição do Panamá (GFC, 2009: 64).

26 Para mais informações: [www.scoop.co.nz/stories/WO1008/S00467/dont-sell-forests-groups-urge-nigerian-govts.html](http://www.scoop.co.nz/stories/WO1008/S00467/dont-sell-forests-groups-urge-nigerian-govts.html)

## seis posse da terra e outras armadilhas de redd

Parece claro que o REDD está agora na fase de concepção e desenvolvimento, embora não tenha sido decidido na CQNUMC. Como resultado, as realidades de negociar e estabelecer projetos de REDD estão se tornando cada vez mais evidentes. Em particular, as questões em torno a posse da terra e as divergências surgidas durante a negociação -sobre quem paga, quem se beneficia e os processos de tomada de decisão- estão emergindo como os principais problemas.

No Paraguai, por exemplo, as críticas ao Projeto de Conservação Florestal do Paraguai dependem de seu fracasso em considerar as amargas e não resolvidas disputas de posse da terra (ver estudo de caso do Paraguai). Mesmo projetos que visam reconhecer e abordar as questões da posse da terra podem

falhar ao tentar fazê-lo. As avaliações acadêmicas sobre o projeto Ulu Masen na Indonésia, por exemplo, argumentam que REDD coloca um novo risco às provisões constitucionais e legislativas que protegem os direitos consuetudinários na Indonésia (ver estudo de caso Ulu Masen).

A cultura atual que prevalece no país é suscetível a determinar o alcance real de quanto REDD que poderá levar a conflitos sobre direitos à terra. Mesmo quando novos direitos das comunidade são formalmente introduzidos, como na Libéria, por exemplo, os direitos das comunidades à terra podem continuar a ser tratados “como se eles não existissem” na prática. Isto não é um bom precedente para a perspectiva de comunidades que supostamente se beneficiariam de REDD (ver estudo de caso da Libéria)

### brasil: o impacto do projeto de guaraqueçaba nas comunidades locais

O projeto Guaraqueçaba no sudeste do Brasil foi criado há pouco mais de 10 anos atrás para combater o aquecimento global pelo seqüestro de CO<sub>2</sub>.<sup>27</sup> É composto de três projetos de carbono: o Morro da Mina, Rio Cachoeira e reserva da Serra do Itaqui. Este projeto foi criado pela The Nature Conservancy e pela Sociedad de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, com apoio financeiro da General Motors, Chevron texaco e Amercian Eletric Power.

Os habitantes destes territórios tradicionais agora enfrentam limitações em seus movimentos em suas próprias terras e muitos passaram a viver na pobreza em cidades próximas. Alguns enfrentaram a prisão por usar madeira para usos tradicionais (habitação) e outros sofreram intimidação dos



foto istock

guarda- parques armados do projeto enquanto recolhiam alimentos (Lang, 2009).

Carlos Machado, prefeito da vizinha cidade de Antonina disse que: “Antonina é uma pequena cidade que tem poucos recursos para a geração de renda, poucas possibilidades para as pessoas que vem da zona rural sem habilidades e sem defesas para viver no ambiente urbano. Estas pessoas ficam na periferia da cidade, nos manguezais, em situação irregular e inóspitas. Isto cria uma série de problemas sociais para nós. ... Famílias foram separadas pela prostituição, drogas e alcoolismo. Direta ou indiretamente, foi através destes projeto de conservação que a população veio para cá e criou um cinturão de pobreza em torno à nossa cidade causando um problema social muito grande por aqui” (Entrevista com Mark Shapiro, Lang, 2009).

Fonte: Amigos da Terra, Colômbia / CENSAT Agua Viva & REDD Monitor

Desmatamento, Brasil: 60% à 70% do desmatamento da Amazônia é resultado da pecuária e do cultivo de soja e o restante resulta, na maioria de pequenos agricultores de subsistência

27 Para mais informações: [www.nature.org/initiatives/climatechange/work/art4254.html](http://www.nature.org/initiatives/climatechange/work/art4254.html)

## redd na libéria: abrindo uma nova fronteira na luta pelos direitos das comunidades

O processo de REDD está abrindo uma nova frente na luta na luta contínua para promover os direitos das comunidades no setor florestal na Libéria. A Libéria detém cerca de um terço das florestas remanescentes da Alta Guiné na África Ocidental e atualmente está desenvolvendo um R-PP para apresentar à FCPF do Banco Mundial em outubro de 2010.

Este processo tem sido acompanhado por uma retórica sobre os direitos das comunidades e a participação significativa do governo e seus aliados, Conservation International (CI) e da Fauna and Flora International (FFI). Os povos da floresta, sem dúvida, serão os mais afetados por REDD, mas as comunidades locais estão sendo excluídas do diálogo sobre REDD na Libéria. CI e FFI, por outro lado, estão dirigindo o processo, contratando e pagando profissionais “expertos” que possuem um lugar privilegiado na mesa de negociação. Estas organizações também estão implementando ou financiando projetos concebidos para reforçar a noção de que os mercados de carbono são a resposta para a perda florestal e estes mercados poderiam aumentar a renda do governo nacional. Não se fala de possíveis problemas que possam surgir de políticas pobremente desenvolvidas nos territórios.

Contudo, a governança florestal é extremamente fraca na Libéria, onde há pouco respeito pelo Estado de Direito. Esta situação não foi resolvida apesar de uma nova lei florestal<sup>28</sup>, regulamentações florestais<sup>29</sup> e uma comunidade de direitos especificamente destinadas a proteger os direitos das comunidades locais e para definir como as comunidades devem ser envolvidas em processos decisórios<sup>30</sup>. Os direitos territoriais das comunidades são tratados como se eles não existissem. As modalidades de redistribuição de recursos destinados a financiar o desenvolvimento da comunidade para cumprir com as obrigações e a repartição das receitas foram sequestradas pelas elites políticas. O governo fica mudo com relação aos direitos da comunidade no setor de recursos naturais.

Ainda mais preocupante é o fato de que a culpa pelo desmatamento está sendo colocada principalmente na porta das comunidades que vivem nas florestas. A possibilidade de que as futuras políticas e estratégias de implementação de REDD poderiam injustamente ter como alvo as comunidades florestais e marginalizá-las ainda mais é alta. Perder esta luta pelos direitos da comunidade não é uma opção, no entanto, ao abrir mais uma fronteira, REDD acaba de tornar ainda mais difícil vencer esta luta.

Fonte: Amigos da Terra, Liberia / Sustainable Development Institute

28 National Forestry Reform Law, (2006): [www.fda.gov.lr/doc/finalforestrylawPASSEDBYLEGSLATURE.pdf](http://www.fda.gov.lr/doc/finalforestrylawPASSEDBYLEGSLATURE.pdf)

29 Regulation 101-07 on Public Participation: [www.fda.gov.lr/doc/FDATENCOREREGULATIONS.pdf](http://www.fda.gov.lr/doc/FDATENCOREREGULATIONS.pdf)

30 Community Rights Law with Respect to Forest Lands: [www.fda.gov.lr/doc/Liberia%20Forestry%20-%20CRL%20October%202009%20-%20official.pdf](http://www.fda.gov.lr/doc/Liberia%20Forestry%20-%20CRL%20October%202009%20-%20official.pdf)



foto Nicolas San Martín

Em primeiro plano o corte raso de eucalipto, ao fundo as plantações de pinus e eucalipto e estradas para retirada de madeira feitas sobre a floresta nativa. Cordilheira de Mawuidanche, Comuna de Loncoche, sul do Chile

## sete “vazamentos” e plantações – as questões cruciais ?

Em última análise, a questão crucial sobre REDD é se este será um mecanismo que irá de fato reduzir as emissões de gases de efeito estufa ou não (considerando que a questão crucial para o planeta pode ser quanto tempo os governos estão dispostos a esperar para determinar esta resposta). Devido ao alto risco de “vazamento” - isto é, da situação onde a demanda por produtos agrícolas e florestais permaneça alta e o desmatamento continue, apenas mudando de lugar- é possível que REDD não venha a produzir a esperada redução de emissões.

Há portanto um debate sobre se REDD só poderá ser executado efetivamente em nível nacional. Isto é em parte devido ao “vazamento” dos projetos de REDD (“sub-nacionais”) e em parte porque o carbono também é absorvido e estocado em ecossistemas não florestais que também requerem proteção. No entanto, isto poderia ser utilizado para justificar o pagamento a todos os envolvidos em atividades que afetam as florestas, não importando se são comunidades e agricultores de subsistência lutando para garantir sua sobrevivência. Esta abordagem mais ampla é repleta de complexidades, devido às dificuldades práticas e éticas envolvidas.

O caso de Ulu Masen na Indonésia é um exemplo muito estudado. Embora exista uma moratória na exploração madeireira local na província de Aceh, estudos acadêmicos argumentam que a probabilidade de vazamento é maior do que o previsto pelos proponentes do projeto. Alguns relatórios de pesquisa argumentam que embora o projeto Ulu Masen possa ter algum valor em si (principalmente como um meio de conservar um ecossistema de alta biodiversidade das florestas

tropicais), o mesmo pode não ter impacto no total das emissões de gases de estufa da Indonésia. Este parece ser um dilema global para REDD - contanto que nada for feito para lidar com a redução da demanda por commodities agrícolas e de madeira, os produtos continuarão vindo de algum lugar.

*“Novos dados da Indonésia sugerem que um terço de suas emissões de gases de efeito de estufa são provenientes do desmatamento em áreas não definidas oficialmente como “floresta” e que o vazamento (do desmatamento) em direção a estas áreas significa que.. se as emissões de carbono originadas fora das áreas oficiais de floresta são contabilizados, fica claro que não há redução líquida de emissões”* (grifo nosso; ASB, 2010).

Outro problema diz respeito a se os princípios operacionais de REDD permitirão que as plantações sejam incluídas como florestas (em parte para facilitar a abordagem de “nível nacional”). Relata-se que a Indonésia, por exemplo, está olhando para a “viabilidade” da inclusão de óleo de palma em REDD (Reuters, 2010C).

Se for assim, isto poderia levar à substituição de florestas nativas que sequestram cinco vezes mais carbono do que plantações (Palm et al. 1999), por monoculturas de árvores suscetíveis de serem cortadas em um futuro não muito distante. O lobby intenso da indústria de plantações continua muito presente na mesa de negociações da CQNUMC. A introdução de legislações de REDD favoráveis ao “manejo florestal sustentável” em países como a Indonésia também podem prejudicar o resultado.

### indonésia: “vazamento” e o projeto do ecossistema ulu masen na província de aceh

Como a iniciativa voluntária mais avançada atualmente em operação na Indonésia, o projeto do ecossistema Ulu Masen na província de Aceh fornece um estudo de caso útil quando se trata de examinar o que REDD realmente significa na prática. O projeto divulgou amplamente sua abordagem participativa, que na prática parece ter ficado muito aquém da teoria. Um processo adequado de consulta e envolvimento das comunidades na concepção e execução do projeto parece ter sido ignorado, a fim de que o projeto avançasse o mais rapidamente possível. Além disso, existem evidentes tensões entre as diferentes partes envolvidas, incluindo o governo nacional, regional e o setor privado. Além disso, parece que o projeto Ulu Masen pode ser usado para começar a implementar uma forma de REDD + que

inclui os pagamentos à empresas florestais na Indonésia e para justificar o mesmo procedimento em outros lugares.

O ecossistema Ulu Masen é rico em biodiversidade e fornece água para dois milhões de pessoas. No entanto, suas florestas são também o habitat de árvores tropicais de alto valor econômico, incluindo as espécies semaram, merbau kruing e meranti. Os seus solos guardam uma grande quantidade de carvão e de recursos minerais, incluindo ouro, cobre e minério de ferro. O desmatamento em Aceh é impulsionado principalmente pela conversão do uso do solo para abertura de estradas, construção de infra-estrutura e plantações de dendê e seringueira (CCBA, 2007:20).

continuação

Em julho de 2008, a empresa de comércio de carbono australiana Carbon Conservation assinou um acordo com o governo da província de Aceh para proteger 750 mil hectares de florestas no ecossistema de Ulu Masen no norte de Aceh. Este projeto consiste em dois estágios: qualificar-se para créditos de REDD após 2012 e até lá vender os créditos obtidos no mercado voluntário (CCBA, 2007:40).

O projeto Ulu Masen também é apoiado por Flora and Fauna International e o banco Merrill Lynch America's (EUA) concordou em investir US\$ 9 milhões nele. Os proponentes do projeto afirmam que este irá reduzir o desmatamento em 85% (CCBA, 2007:40) e que visa gerar até US \$ 432 milhões nos próximos 30 anos (Asian Green Governors' Roundtable, 2009).

Segundo o acordo de Vendas e Mercados, assinado em julho de 2008, 30% dos créditos gerados serão colocados na reserva como um "amortecedor de Gestão de Risco" (para dar conta das preocupações sobre a permanência e o vazamento) e os restantes 70% vendidos. Após o pagamento de uma taxa a um agente de coleta que gerencia o dinheiro, 15% dos fundos restantes irão para a Carbon Conservation como uma taxa de comercialização, e os outros 85% para a conta do projeto, e que será distribuído entre as comunidades locais (Ulu Masen Ecosystem Project Sales and Marketing Agreement, 2008).

Aproximadamente 130 mil pessoas vivem na área e no entorno do projeto de Ulu Masen e um número estimado de 61 mukims (aldeias) serão afetados pelo projeto. No entanto, como explicam os documentos do projeto, embora a maior parte da área do projeto seja designada como floresta nacional (Hutan Negara), existe um potencial considerável de conflito por terra se as comunidades envolvidas não forem envolvidas de forma adequada. Isso porque as comunidades locais consideram as terras florestais do entorno como de ocupação tradicional e de uso consuetudinário (CCBA, 2007:14).

O projeto foi projetado com tudo isso em mente e afirma que irá contribuir para o desenvolvimento econômico e social sustentável e a conservação da biodiversidade. Zonas previamente alocadas para a extração de madeira serão reclassificadas como florestas protegidas ou de manejo comunitário e produção limitada com gestão de baixo impacto e afirma-se que o projeto será monitorado e executado. Acima de tudo o governo de Aceh visa reestruturar a legislação e as práticas na região e a envolver as comunidades locais na tomada de decisão sobre o uso da terra, incluindo os limites acordados conjuntamente e padrões de uso da terra. O governo também planeja desenvolver uma estrutura de gestão multissetorial entre todos os interessados (Anderson & Kuswardono 2008:13). O projeto também afirma que irá utilizar um processo participativo e transparente de distribuição de benefícios (CCBA, 2007:56).

O governo alega que o projeto em Ulu Masen já está bem avançado, afirma ter iniciado o processo de consulta com os líderes dos mukim, estabelecido e treinado patrulhas e apoiado o planejamento participativo do uso da terra, além de ter desenvolvido e distribuído informação sobre REDD e montado uma força-tarefa para REDD. A linguagem sobre o Consentimento Livre, Prévio e Informado e sobre a distribuição de fundos é bem forte e os relatórios do projeto afirmam que extensas consultas às comunidades foram conduzidas antes da assinatura do acordo. Os próximos passos planejados, aparentemente, incluem a criação de "mecanismos para melhorar a segurança da posse da terra para as comunidades no entorno da floresta" e para desenvolver "pagamentos de incentivos REDD justos, equitativos e transparentes" (Goa, 2010).

No entanto, parece que as comunidades em questão não vêem o projeto sob uma luz tão positiva. Pode-se perguntar quantas comunidades locais realmente sabiam o que estava sendo assinado em seu nome e se estavam plenamente conscientes de como os lucros serão distribuídos. Além disso, na reunião da Força Tarefa dos Governadores sobre Clima e Florestas (Governors' Climate and Forests Task Force) com os interessados da região de Aceh em maio de 2010, o Fórum da Sociedade Civil de Aceh para a Soberania dos Mukim divulgou um comunicado à imprensa afirmando que o princípio do consentimento livre, prévio e informado havia sido violado: na opinião deste Fórum, REDD está se desenvolvendo como outra "iniciativa de elite" (McCulloch, 2010).

Avaliações acadêmicas sobre o projeto Ulu Masen são igualmente críticas e concluem que a consulta e o envolvimento da comunidade foi bastante desigual, na melhor das hipóteses, e que o REDD representa um novo risco para os direitos à terra da comunidade.

Uma destas avaliações observa que a consulta integral às comunidades em Ulu Masen foi sacrificada a fim de mover o projeto o mais rapidamente possível: *"A rápida implementação do projeto e a pressão para demonstrar resultados, acabaram em importantes trade-offs em termos de consentimento da comunidade e se sua participação. Embora os proponentes do projeto possam contradizer apontando para a natureza "em curso" do início do projeto, no qual iniciativas existentes do governo e de cooperação colocaram as bases para o projeto, as decisões e os arranjos chave foram feitos sem o amplo consentimento da comunidade... as consultas às comunidades são planejadas à medida que o projeto se desenvolve, sem no entanto, o consentimento livre, prévio e informado"* (Clarke, 2010).

Outra avaliação observa que, *"o interesse nacional, uma vaga noção de desenvolvimento e do direito de controle do Estado consagrado nas diversas leis e regulamentações relativas à terra e às florestas - incluindo uma recente regulação de REDD - subordinaram as disposições constitucionais e legais que protegem os direitos consuetudinários (adat) na Indonésia"* (Dunlop, 2009).

## sete “vazamentos” e plantações – as questões cruciais ?

continuação

Existe também a preocupação sobre como as disputas e os conflitos poderiam ser tratados. Os conflitos internos e entre as comunidades beneficiadas pelo projeto serão provavelmente um problema, especialmente entre aqueles que reconheceram a posse costumeira da terra e aqueles que não. Há também preocupações sobre a execução, em especial se guardas armados serão utilizados para proteger as florestas de Ulu Masen (ABC, 2008).

Além disso, há também preocupações sobre como a distribuição equitativa dos fundos de REDD será na prática, pois há previsão para apenas um representante da comunidade (a ser nomeado pelo governador de Aceh) no Comitê Gestor, para falar por todos os 61 mukims locais.

A questão do “vazamento” do projeto Ulu Masen também está emergindo como uma questão crítica. A documentação do projeto reconhece o potencial de vazamento, mas estima em apenas 10%. Alega que a “reserva de gestão de risco”, juntamente com a gestão florestal sustentável pelas comunidades, incluindo a potencial produção de madeira, será suficiente para resolver tal vazamento (CCBA, 2007:53). É verdade que a moratória sobre a exploração da madeira promulgada em 2007 pelo governo de Aceh não significa que a um vazamento provocado pela ação do Estado irá ocorrer dentro da área do projeto. No entanto, ainda há uma probabilidade muito forte de aumento da exploração madeireira na província vizinha de Sumatra do Norte, ou a exploração madeireira ilegal fora da área do projeto. Como um pesquisador comentou, “*Projetos de REDD não podem enfrentar as forças mais amplas do desmatamento atuando no território porque [os projetos] operam em escalas menores. Por sua vez, há um alto risco de vazamento*” (REDD Monitor, 2010B).

Na verdade, todo o debate em torno de REDD na Indonésia parece estar mudando rapidamente no sentido de considerar se a abordagem de paisagem integral deve ser utilizada. O mesmo artigo argumenta fortemente em direção a uma “abordagem de conservação de paisagem”, alegando que a “[Ulu Masen] iniciativa não irá reduzir significativamente o desmatamento no norte de Sumatra e terá pouco impacto sobre a conservação do orangotango, porque em primeiro lugar, uma grande área de floresta dentro da área do projeto proposto para REDD é protegida de fato por ser inacessível, e em segundo lugar, porque grande parte das florestas nas áreas baixas do norte de Sumatra irão permanecer fora do projeto de REDD e estarão expostas à ação combinada da exploração de óleo de palma e da expansão de redes de estradas, atividades que geram altos ingressos” (Gaveau et al., 2010).

O relatório prossegue argumentando que “a abordagem de conservação de paisagem apresentado pelo artigo do ERL [Environmental Research Letters] coloca uma suspensão ao desenvolvimento de estradas e de plantações de palma azeitona fora das áreas reconhecidas como protegidas por meio de compensação direta aos detentores de títulos de terra, tais como

as empresas e os pequenos agricultores. Essa abordagem também lida com o vazamento pela obtenção de um acordo de conservação em todas as florestas remanescentes na província” (grifo nosso; Gaveau et al, 2010). Ao mesmo tempo, no entanto, reconhece as complexidades inerentes a esta abordagem mais abrangente. Declara: “*Identificar quem deve receber uma indenização, bem como a negociação de acordos de pagamento transparentes e eficazes é no melhor dos casos pôr em causa os ambíguos direitos ao uso da terra e a jurisdição do governo da Indonésia.*” Observa ainda que “*talvez, uma falha fatal na aplicação potencial da abordagem de preservação da paisagem é que os preços de compensação de carbono podem ter dificuldades para competir com os preços das commodities agrícolas, por exemplo, com o óleo de palma. A demanda por produtos agrícolas não vai desaparecer*” (Gaveau et al., 2010).

Parece que uma mudança de uma proposta de REDD baseado em projetos para o REDD em escala de paisagem pode já estar em curso na Indonésia. Por exemplo, o governo da Indonésia já incorporou explicitamente o “manejo florestal sustentável” (que pode incluir plantações) na sua regulamentação nacional sobre REDD, antes de que qualquer acordo desse tipo tenha sido fechado na CQNUMC (GFC, 2009). Uma atualização recente do governo sobre Ulu Masen também se refere a uma “*abordagem interina sub-nacional dentro no contexto de normas e padrões nacionais emergentes*” (Goa, 2010).

Há também o risco que fundos de REDD gerados pelo projeto Ulu Masen (incluídos quaisquer créditos gerados através de reflorestamento/plantações em primeiro lugar) irão ser reinvestidos na expansão da produção de agrocombustíveis (CCBA, 2007: 42).

É essencial que o projeto Ulu Masen continue a ser monitorado de perto à medida que se desenvolve. A implementação deste projeto terá implicações enormes não só para os povos indígenas afetados, mas também para os povos e comunidades indígenas que dependem da floresta em toda a Indonésia.

Fonte: Amigos da Terra, Indonésia / WALHI



Extracção de madeira, Indonésia

## oito redd e o comércio de carbono | conclusões

*“O REDD é a iniciativa mais desafiadora e complexa no jogo de carbono. O fato é que REDD envolve incertezas científicas, desafios técnicos, classes heterogêneas e não contíguas de ativos, garantia de performance ao longo de várias décadas, questões locais sobre a posse da terra, potencial brutal para a especulação e o fato de começar de maneira errada significa que embusteiros irão tornar-se inimaginavelmente ricos enquanto as emissões não serão alteradas nem um pouco”. (Stuart, 2009)*

É fundamental que o REDD não esteja ligado aos mercados de carbono, por um diferente número de razões.

Para começar, o comércio de carbono não está funcionando. Ele não está produzindo os cortes urgentes nas emissões que são necessários para evitar uma mudança climática catastrófica. Este mercado está falhando em concretizar os incentivos prometidos para os investimentos em novas tecnologias de baixo-carbono e é uma abordagem perigosamente não-estratégica para fazer a transição para uma economia de baixo carbono.

Os regimes de comércio de carbono também dependem da compensação, um mecanismo controverso, ineficaz e cada vez mais desacreditado. Combinado com o REDD, estes iriam proporcionar uma cortina de fumaça para o fracasso dos países

### conclusões

Mesmo que o formato definitivo de REDD ainda tenha que ser decidido no âmbito da CQNUMC, uma corrida para REDD está firmemente em andamento, com os investidores, incluindo bancos, companhias de energia e comerciantes de carbono totalmente engajados na busca de oportunidades lucrativas.

Isso levanta a possibilidade intragáveis, como a de que os negociadores dos governos irão simplesmente concordar sobre um formato para REDD que engloba os projetos já existentes. Por outro lado, isso também significa que os governos têm uma rara oportunidade para examinar antecipadamente os impactos potenciais do que eles estão prestes a definir, com a perspectiva de construir mecanismos alternativos, verdadeiramente efetivos e equitativos que possam de fato “parar” o desmatamento, ao contrário das atuais propostas de REDD que estão sendo promovidas e que incluem plantações de monoculturas de árvores e financiamento de mercados de carbono. Alguns governos já apóiam esta abordagem, embora continuem sendo uma minoria. No entanto, é essencial que as vozes desses governos, e os resultados da Conferência Internacional dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os direitos da Madre Tierra, realizada em Cochabamba, sejam ouvidos<sup>32</sup>.

As soluções para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas não podem ser baseadas em ferramentas que deixem de lado as soluções reais para combater as alterações climáticas, e que deslocam os povos indígenas dos seus territórios ancestrais. Também não devem constituir uma

ricos e desenvolvidos em fornecer aos países em desenvolvimento o apoio prometido para combater as alterações climáticas.

Além disso, o preço do carbono, como qualquer outra mercadoria, é volátil e muito imprevisível. O comércio de carbono arrisca repetir outra crise das hipotecas e dos derivativos. Seria altamente indesejável que o futuro do REDD, ou qualquer outro sistema desenhado para mitigar as alterações climáticas, dependa de se o preço do carbono pode ser competitivo com o preço de outras commodities, como óleo de palma<sup>31</sup>.

No entanto, parece que muitos projetos de REDD estão sendo criados especificamente com o objetivo de fazer um belo lucro do comércio de carbono, quando o REDD definitivo seja decidido na CQNUMC. (isto é baseado no entendimento de que o preço dos créditos de REDD irá aumentar significativamente em comparação ao que eles têm agora nos mercados voluntários de carbono). Um caso emblemático é o projeto Ulu Masen na Indonésia. O governo da Indonésia parece ter julgado antecipadamente resultado das negociações da CQNUMC decretando legislações nacionais para a implementação de REDD que incorpora tanto o “manejo florestal sustentável” (que inclui plantações) e permite a venda dos créditos nos mercados de carbono (GFC, 2009).

via rápida e “verde” para a riqueza dos bancos e empresas dos sujos combustíveis fósseis que buscam melhorar suas credenciais ambientais. Existem muitas outras maneiras pelas quais mecanismos para reduzir o desmatamento poderiam ser implementados, incluindo apoio à formas de conservação florestal, restauração natural e restauração de ecossistemas baseadas na garantia de direitos.

Os elementos essenciais de qualquer nova abordagem para parar o desmatamento são: redução da demanda por commodities agrícolas e por madeira; rever a definição de florestas para garantir que as plantações sejam excluídas, e garantir que qualquer mecanismo, na medida em que exige um financiamento, exclua qualquer recompensa aos poluidores do clima e seja baseado em financiamento público e no pagamento da dívida de carbono. Um tal mecanismo deve recompensar aqueles que já tenham conservado suas florestas. Deve basear-se nas experiências dos Povos Indígenas de todo o mundo que já sabem como manejar e beneficiar as florestas de forma sustentável e cujos direitos são reconhecidos pela UNDRIP. Há muitas lições esperando para serem aprendidas.

Afinal, o objetivo último é mitigar as mudanças climáticas e não, ganhar dinheiro. Os governos foram encumbidos de criar economias de baixo carbono e não de criar novos mercados de carbono.

<sup>31</sup> Para ler duas críticas detalhadas ao comércio de carbono (em inglês) ver: [www.foe.co.uk/news/carbon\\_trading\\_21807.html](http://www.foe.co.uk/news/carbon_trading_21807.html) [www.foe.org/pdf/SubprimeCarbonReport.pdf](http://www.foe.org/pdf/SubprimeCarbonReport.pdf).

<sup>32</sup> Para ler os resultados da Conferência de Cochabamba ver: [pwccc.wordpress.com](http://pwccc.wordpress.com).

## glossário &amp; referências

O glossário da CQNUMC (em inglês) está disponível em:  
[unfccc.int/essential\\_background/glossary/items/3666.php](http://unfccc.int/essential_background/glossary/items/3666.php)

Uma lista útil de termos relacionados ao REDD e acrônimos está em:  
 Pocket Guide. Reducing Emissions from Deforestation and Forest  
 Degradation in Developing Countries (REDD): A Guide for Indigenous  
 Peoples [www.ias.unu.edu/redirect\\_UNU.aspx?ddlID=731&catID=732](http://www.ias.unu.edu/redirect_UNU.aspx?ddlID=731&catID=732)

**AGF** High-Level Advisory Group on Climate Change Financing / Grupo  
 Consultivo de Alto Nível sobre o Financiamento para as Mudanças  
 Climáticas

**AWG-KP** Ad Hoc Working Group on Kyoto Protocol / Grupo de  
 Trabalho Ad Hoc sobre o Protocolo de Kyoto

**AWG-LCA** Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action /  
 Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo

**CAPI** Coordenadora para la Autonomia de Pueblos Indigenas

**CCBA** Climate, Community and Biodiversity Alliance/ Aliança Clima,  
 Comunidade e Biodiversidade

**COMIFAC** Central African Forest Commission/ Comissão Florestal da  
 África Central

**COP** Conference of the Parties / Conferência das Partes

**FCPF** Forest Carbon Partnership Facility / Parceria para o Carbono  
 Florestal

**FIP** Forest Investment Programme/ Programa de investimento Florestal

**FOE** Friends of the Earth/ Amigos da Terra

**FOEI** Friends of the Earth International / Amigos da Terra Internacional

**FSC** Forest Stewardship Council / Conselho de Manejo Florestal

**GFC** Global Forest Coalition / Coalizão Global por los Bosques

**ITTO** International Tropical Timber Organisation / Organização  
 Internacional de Madeiras Tropicais

**LULUCF** Land Use, Land Use Change and Forestry / Uso da Terra,  
 Mudança do Uso da Terra e Florestas

**ONG** Organização Não Governamental

**OP** Operational Policy (of the World Bank)/ Política Operacional  
 (do Banco Mundial)

**PSA** Pagamento por Serviços Ambientais

**REDD** Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal  
 nos Países em Desenvolvimento

**R-PIN** Readiness Project Information Note / Nota Informativa do  
 Projeto de Preparação para REDD

**R-PP** Readiness Plan for REDD / Plano de Preparação para REDD

**SFM** Sustainable Forest Management/ Manejo Florestal Sustentável

**TAP** Technical Advisory Panel / Painei Técnico de Aconselhamento

**UNAP** Unión de Nativos Ayoreos del Paraguay

**UNDRIP** United Nations Declaration on the Rights of Indigenous  
 Peoples/ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos  
 Indígenas

**CQNUMC** Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças  
 Climáticas

**UN-REDD** United Nations Collaborative Programme on REDD /  
 Programa Colaborativo das Nações Unidas para REDD

## referências

ABC – Australian Broadcasting Corporation (2008). Carbon scheme will help save Aceh forest, ABC Rural News, Australia, 11 April, [www.abc.net.au/rural/news/content/200804/s2214030.htm](http://www.abc.net.au/rural/news/content/200804/s2214030.htm).  
 All Africa (2010). Nigeria: Strategising in Readiness for REDD, All Africa, 18 July, [allafrica.com/stories/201007191283.html](http://allafrica.com/stories/201007191283.html).

Anderson P & Kuswardono T (2008). Report to Rainforest Foundation Norway on Reducing Emissions from Deforestation and Degradation in Indonesia, Rainforest Foundation, Norway, [www.regnskog.no/html/722.htm](http://www.regnskog.no/html/722.htm).

ASB (2010). Reducing emissions from deforestation, inside and outside the 'forest', Policy Brief No 16, ASB Partnership for the Tropical Forest Margins, [www.asb.cgiar.org](http://www.asb.cgiar.org).

Asian Green Governors' Roundtable (2009). Supporting Rural Development and Improved Environmental Management through Reduced Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD), Background Information file provided by ADB and Carbon Conservation for Asian Green Governors' Roundtable, November, [www.gms-eoc.org/Event/docs/GovernorsREDD/Background.pdf](http://www.gms-eoc.org/Event/docs/GovernorsREDD/Background.pdf).

BWP - Bretton Woods Project (2010). Update on the Climate Investment Funds, July, [www.brettonwoodsproject.org/art-566530](http://www.brettonwoodsproject.org/art-566530).

Cardona DA & Avendaño TR (2010). Extractive industries and the REDD Program: He who sins and prays comes out even – how plundering and destruction are legitimized, 6 July, [www.censat.org/noticias/2010/7/15/El-que-peca-y-reza-empata/](http://www.censat.org/noticias/2010/7/15/El-que-peca-y-reza-empata/) (in Spanish).

CCBA (2005). Climate, Community and Biodiversity Project Design Standards (First Edition), Climate, Community and Biodiversity Alliance, Washington DC, May, [www.climate-standards.org/english-draft.cfm](http://www.climate-standards.org/english-draft.cfm).

CCBA (2007). Reducing Carbon Emissions from Deforestation in the Ulu Masen Ecosystem, Aceh, Indonesia: A Triple-Benefit Project Design Note for CCBA Audit, [www.climate-standards.org/projects/files/Final\\_Ulu\\_Masen\\_CCBA\\_project\\_design\\_note\\_Dec29.pdf](http://www.climate-standards.org/projects/files/Final_Ulu_Masen_CCBA_project_design_note_Dec29.pdf).

CCBA (2010). The Paraguay Forest Conservation Project. Reduction of GHG emissions from deforestation and forest degradation in the Paraná Atlantic and Chaco-Pantanal Ecosystems, Guyra Paraguay, Swire Pacific Offshore, and the World Land Trust, April, [www.climate-standards.org/projects/](http://www.climate-standards.org/projects/).

Clarke RA (2010). Moving the REDD Debate from Theory to Practice: Lessons Learned from the Ulu Masen Project, Law, Environment and Development Journal 6(1): 36, [www.lead-journal.org/content/10036.pdf](http://www.lead-journal.org/content/10036.pdf).

CJN – Climate Justice Now (2010). Civil Society to UN Advisory Group on Climate Finance: You Are 'On the Wrong Track', 7 October, [www.climate-justice-now.org/civil-society-to-un-advisory-group-on-climate-finance-you-are-%E2%80%98on-the-wrong-track%E2%80%99/](http://www.climate-justice-now.org/civil-society-to-un-advisory-group-on-climate-finance-you-are-%E2%80%98on-the-wrong-track%E2%80%99/).

Cross River State Presentation (2010). Status of Forest Carbon in Cross River State: the journey so far, Power point presentation by Odigha Odigha, Chairman, Cross River State Forestry Commission, Nigeria, 18 May, [www.gcftaskforce.org/documents/May\\_Aceh/Day\\_1\\_2/Cross%20River%20State%20Presentation%20\(May%2018%202010\).pdf](http://www.gcftaskforce.org/documents/May_Aceh/Day_1_2/Cross%20River%20State%20Presentation%20(May%2018%202010).pdf).

Dunlop J (2009). REDD, Tenure and Local Communities: A Study from Aceh, Indonesia, International Development Law Organization, [www.idlo.int/DOCNews/400doc.pdf](http://www.idlo.int/DOCNews/400doc.pdf).

EcoSecurities (2007). Policy Brief: REDD Policy Scenarios and Carbon Markets, EcoSecurities, December, [www.ecosecurities.com/Assets/23864/pubs%20-%20redd%20policy%20brief%20ecosecurities%20\(background%20version\)\\_je%20v1.pdf](http://www.ecosecurities.com/Assets/23864/pubs%20-%20redd%20policy%20brief%20ecosecurities%20(background%20version)_je%20v1.pdf)

FIELD - Foundation for International Environmental Law and Development (2010). REDD-plus briefing paper for Tianjin, 4-9 October, [www.field.org.uk/news/new-redd-plus-briefing-paper-tianjin](http://www.field.org.uk/news/new-redd-plus-briefing-paper-tianjin).

FSC (2010). Forests and Climate Change, Forest Stewardship Council webpage, as at 10 October 2010, [www.fsc.org/ccstatement.html](http://www.fsc.org/ccstatement.html).

FoE Brazil (2010). REDD y El futuro de los Bosques: Una opción por el ambientalismo de mercado? NAT-Friends of the Earth Brazil, [www.natbrasil.org.br/Docs/publicacoes/cartilhareddweb.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/publicacoes/cartilhareddweb.pdf).

FoE Costa Rica (2009). Coecoceiba; AsoNgöbogue, 2009. Los Ngöbes y el Bosque. San José: Coecoceiba, [coecoceiba.org/?s=Los+Ng%C3%B6bes+y+el+Bosque](http://coecoceiba.org/?s=Los+Ng%C3%B6bes+y+el+Bosque).

FoEI (2008). REDD myths: a critical review of proposed mechanisms to reduce emissions from deforestation and degradation in developing countries, Friends of the Earth International, December, [www.foei.org/en/resources/publications/pdfs/2008/redd-myths/at\\_download/file](http://www.foei.org/en/resources/publications/pdfs/2008/redd-myths/at_download/file).

FoE Nigeria & IEN (2010). Shell bankrolls REDD: Indigenous Peoples and environmentalists denounce, Friends of the Earth Nigeria/Environmental Rights Action and Indigenous Environmental Network, press release, 7 September, [www.redd-monitor.org/2010/09/08/indigenous-environmental-network-and-friends-of-the-earth-nigeria-denounce-shell-redd-project/#more-5621](http://www.redd-monitor.org/2010/09/08/indigenous-environmental-network-and-friends-of-the-earth-nigeria-denounce-shell-redd-project/#more-5621).

FoE Paraguay *et al.* (2010). Letter to CCBA, sent from Simone Lovera, Global Forest Coalition, on behalf of the Paraguayan members of the Coalition (including FoE Paraguay), 21 July, [www.climate-standards.org/projects/](http://www.climate-standards.org/projects/) (see under 'comments').

Gaveau DLA, Wich S, Epting J *et al.* (2010). The future of forests and orangutans (*Pongo abelii*) in Sumatra: predicting impacts of oil palm plantations, road construction, and mechanisms for reducing carbon emissions from deforestation. Environmental Research Letters 4 (Jul-Sept): 034013, [iopscience.iop.org/1748-9326/4/3/034013/fulltext](http://iopscience.iop.org/1748-9326/4/3/034013/fulltext)

GFC (unpublished). REDD and Indigenous Peoples: a toolkit to avoid negative impacts, Global Forest Coalition, Draft for review, 17 April, unpublished.

GFC (2009). REDD realities: How strategies to reduce emissions from deforestation and forest degradation could impact on biodiversity and Indigenous Peoples in developing countries, Global Forest Coalition, 2009, [www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/publications/REDD-Realities.pdf](http://www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/publications/REDD-Realities.pdf)

GFC & Alter Vida (2008). Life as Commerce: the impact of market-based conservation on Indigenous Peoples, local communities and women, by the Global Forest Coalition, CENSAT Agua Viva, COECOCEIBA, EQUATIONS, Alter Vida, the Timberwatch Coalition, October, [www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/publications/LIFE-AS-COMMERCE2008.pdf](http://www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/publications/LIFE-AS-COMMERCE2008.pdf).

GoA – Government of Aceh (2010). Ulu Masen REDD Project, Power Point Presentation, with technical support from Fauna & Flora International, to the 3rd GCF and Stakeholder Meeting (Governors' Climate and Forests Task Force) 20 May, [www.gcf-taskforce.org/documents/May\\_Aceh/Day\\_3/Aceh%20and%20FFI%20Ulu%20Masen%20Presentation%20\(May%2020%202010\).pdf](http://www.gcf-taskforce.org/documents/May_Aceh/Day_3/Aceh%20and%20FFI%20Ulu%20Masen%20Presentation%20(May%2020%202010).pdf).

Gobierno de Costa Rica (2010). Propuesta para preparación del Readiness (R-PP) Costa Rica. Presentada al Forest Carbon Partnership Facility. San José: Fonafifo, 79 pp. [www.fonafifo.com](http://www.fonafifo.com)

Greenpeace (2009). Carbon Scam: Noel Kempff Climate Action Project and the Push for Sub-national Forest Offsets, Greenpeace, 15 October, [www.greenpeace.org/usa/en/media-center/reports/carbon-scam-noel-kempff-clima/](http://www.greenpeace.org/usa/en/media-center/reports/carbon-scam-noel-kempff-clima/).

Holman F, Rivas L, Pérez E. *et al.* (2008). The beef chain in Costa Rica: Identifying critical issues for promoting its modernization, efficiency, and competitiveness, International Center for Tropical Agriculture (CIAT) and International Livestock Research Institute (ILRI), Livestock Research for Rural Development 20(4), [www.lrrd.org/lrrd20/4/holmb20051.htm](http://www.lrrd.org/lrrd20/4/holmb20051.htm).

ILWU - The International Longshore And Warehouse Union (2010). Rio Tinto: A Shameful History of Human and Labour Rights Abuses and Environmental Degradation Around the Globe, San Francisco, USA, posted to London Mining Network website, 20 April, [londonminingnetwork.org/2010/04/rio-tinto-a-shameful-history-of-human-and-labour-rights-abuses-and-environmental-degradation-around-the-globe/](http://londonminingnetwork.org/2010/04/rio-tinto-a-shameful-history-of-human-and-labour-rights-abuses-and-environmental-degradation-around-the-globe/).

ITTO (2002). Not by thoughts alone, [www.itto.int/direct/topics/topics\\_pdf\\_download/topics\\_id=3630000&no=1&disp=inline](http://www.itto.int/direct/topics/topics_pdf_download/topics_id=3630000&no=1&disp=inline) (distributed at UNFCCC COP-15 in Copenhagen).

ITTO (2009). REDD and production forests in the tropics, document with proposals to modify the negotiating text on REDD (circulated in the UNFCCC negotiations, 2009).

Jakarta Post (2010). Ministry wants money for planting trees, 26 August, Adiando P. Simamora, [www.thejakartapost.com/NEWS/2010/08/16/MINISTRY-WANTS-MONEY-PLANTING-TREES.HTML](http://www.thejakartapost.com/NEWS/2010/08/16/MINISTRY-WANTS-MONEY-PLANTING-TREES.HTML).

Lang C (2009). Injustice on the carbon frontier in Guaraqueçaba, Brazil, 6 November, [www.redd-monitor.org/2009/11/06/injustice-on-the-carbon-frontier-in-guaraquecaba-brazil/](http://www.redd-monitor.org/2009/11/06/injustice-on-the-carbon-frontier-in-guaraquecaba-brazil/).

Lemos A (2010). Conversation between this report's author and Anabel Lemos of Justicia Ambiental!, 29 September, Salima, Malawi.

Martone F (2010). The emergence of the REDD hydra: An analysis of the REDD-related discussions and developments in the June session of the UNFCCC and beyond, Forest Peoples Programme, July, [www.forestpeoples.org/documents/forest\\_issues/redd\\_hydra\\_unfccc\\_jul10\\_eng.pdf](http://www.forestpeoples.org/documents/forest_issues/redd_hydra_unfccc_jul10_eng.pdf).

McCulloch L (2010). The importance of governance to REDD+ activities: Lessons from Ulu Masen, Power Point presentation to the Expert Workshop on Engagement of Japanese Organisations in REDD+: Progress, Plans and Opportunities Workshop, at the 2nd International Forum for Sustainable Asia and the Pacific (ISAP2010), [www.iges.or.jp/jp/news/event/isap2010/pdf/day1/McCulloch.pdf](http://www.iges.or.jp/jp/news/event/isap2010/pdf/day1/McCulloch.pdf).

McKinsey (2009). Memorandum to the Government of Papua New Guinea's Office of Climate Change and Environmental Sustainability, Supporting the Development of PNG's National REDD and Climate Change Plans, Draft Project Proposal, 5 June, [pngexposed.files.wordpress.com/2010/09/png-proposal.pdf](http://pngexposed.files.wordpress.com/2010/09/png-proposal.pdf).

Norway (2010). What does the Norwegian Climate and Forest Initiative finance? Government of Norway website, as at 10 October 2010, [www.regjeringen.no/en/dep/md/Selected-topics/climate/the-government-of-norways-international-what-do-we-finance.html?id=557700](http://www.regjeringen.no/en/dep/md/Selected-topics/climate/the-government-of-norways-international-what-do-we-finance.html?id=557700).

Norway (2010b). Norway-Indonesia REDD+ Partnership - Frequently asked questions, webpage as at 26 August 2010, [www.norway.or.id/Norway\\_in\\_Indonesia/Environment/-FAQ-Norway-Indonesia-REDD-Partnership/](http://www.norway.or.id/Norway_in_Indonesia/Environment/-FAQ-Norway-Indonesia-REDD-Partnership/)

Norway (2010c). REDD+ Partnership, partnership document, [www.regjeringen.no/upload/MD/sub/oslocfc2010/dokumenter/partnership\\_doc.pdf](http://www.regjeringen.no/upload/MD/sub/oslocfc2010/dokumenter/partnership_doc.pdf)

Palm CA, Woolmer PL, Alegre J *et al.* (1999). Carbon Sequestration and trace gas emissions in slash-and-burn and alternative land uses in the humid tropics, ASB Climate Change Working Group, CGIAR, Final Report, Phase II, [www.asb.cgiar.org/pdfwebdocs/Climate%20Change%20WG%20reports/Climate%20Change%20WG%20report.pdf](http://www.asb.cgiar.org/pdfwebdocs/Climate%20Change%20WG%20reports/Climate%20Change%20WG%20report.pdf).

Rasyid MN & Husin NM (2010). Carbon Offsets, Power Point presentation prepared by Dr M Nur Rasyid, Aceh government, Indonesia and Mr Nurdin M Husin, Aceh government, 30 June 2009, presented to South-East Asia Workshop on Payments for Ecosystem Services: Incentives for Improving Economic Policy, Biodiversity Conservation, and Natural Resource Management Target Performance, 29 June - 1 July 2009, Amari Watergate Hotel, Bangkok, Thailand, [www.gms-eoc.org/Event/docs/PES/CarbonOffsets-Nurdin.pdf](http://www.gms-eoc.org/Event/docs/PES/CarbonOffsets-Nurdin.pdf).

REDD Monitor (2010). Canopy Capital's Iwokrama, Guyana, project 'shrouded in secrecy': indigenous residents not consulted, REDD Monitor, as at 10 October 2010, [www.redd-monitor.org/2008/12/03/canopy-capitals-iwokrama-guyana-project-shrouded-in-secrecy-indigenous-residents-not-consulted/](http://www.redd-monitor.org/2008/12/03/canopy-capitals-iwokrama-guyana-project-shrouded-in-secrecy-indigenous-residents-not-consulted/).

REDD Monitor (2010b). Interviews about Ulu Masen, Indonesia: A REDD-labelled Protected Area, Conversation with David Gaveau, by Chris Lang, 20 January, [www.redd-monitor.org/2010/01/20/interviews-about-ulu-masen-indonesia-a-redd-labelled-protected-area/](http://www.redd-monitor.org/2010/01/20/interviews-about-ulu-masen-indonesia-a-redd-labelled-protected-area/).

REDD+ Synthesis Report (2010). REDD: Financing and Activities Survey, "prepared by an intergovernmental taskforce" (Australia, France and Papua New Guinea), 27 May, available together with individual country reports, [www.oslocfc2010.no/documentslinks.cfm](http://www.oslocfc2010.no/documentslinks.cfm).

Reuters (2010). Indonesia says forest moratorium to start off small, David Fogarty, Climate Change Correspondent, Asia, Reuters, 20 August, [www.alertnet.org/thenews/newsdesk/SGE67J0CL.htm](http://www.alertnet.org/thenews/newsdesk/SGE67J0CL.htm).

Reuters (2010b). Indonesia project boosts global forest CO2 market, 24 August, David Fogarty and Sunanda Creagh, [af.reuters.com/article/energyOilNews/idAFSGE67N0D920100824?sp=true](http://af.reuters.com/article/energyOilNews/idAFSGE67N0D920100824?sp=true).

Reuters (2010c). Indonesia may let palm oil growers collect CO2 credits, 9 August, Sunanda Creagh, [www.reuters.com/article/idUSIAK33205320100809](http://www.reuters.com/article/idUSIAK33205320100809).

Rimba Raya PDD (2010). The Rimba Raya Biodiversity Reserve REDD Project, Avoided (Planned) Deforestation in Central Kalimantan (Borneo) Indonesia, project documentation submitted to CCBA, [climate-standards.org/projects/files/rimba\\_raya/CCBA\\_PDD\\_Submission\\_for\\_Public\\_Comments\\_2010\\_06\\_05.pdf](http://climate-standards.org/projects/files/rimba_raya/CCBA_PDD_Submission_for_Public_Comments_2010_06_05.pdf).

SPG (2010). Swire Pacific Group home page, as at 26 August 2010, [www.swirepacific.com/eng/global/home.php](http://www.swirepacific.com/eng/global/home.php).

SPO (2010). Swire Pacific Offshore About Us webpage, as at 26 August 2010, [www.swire.com.sg/aboutus.aspx](http://www.swire.com.sg/aboutus.aspx).

Stuart (2009). REDD – The Basis of a "Carbon Federal Reserve"?, Marc Stuart, May 8th, <http://174.122.49.94/~ct/2009/05/redd-basis-of-carbon-federal-reserve.html>

Ulu Masen Ecosystem Project Sales and Marketing Agreement (2008), Ulu Masen Ecosystem Project Sales and Marketing Agreement, The Provincial Government of Nanggroe Aceh Darussalam, Carbon Conservation Pty Ltd, Blake Dawson, Canberra.

UNFCCC (2007). Report from CoP-13, FCCC/CP/2007/6/Add.1\*, Decision 2/CP.13, published, 14 March 2008, [unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/06a01.pdf](http://unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/06a01.pdf).

UN-REDD, 2010. About REDD+ webpage, as at 10 October 2010, [www.un-redd.org/AboutREDD/tabid/582/Default.aspx](http://www.un-redd.org/AboutREDD/tabid/582/Default.aspx).

UN-REDD (2010b). Paraguay, Next Steps, UN-REDD Programme, as at 10 September 2010, [www.un-redd.org/UNREDDProgramme/CountryActions/Paraguay/tabid/1024/language/en-US/Default.aspx](http://www.un-redd.org/UNREDDProgramme/CountryActions/Paraguay/tabid/1024/language/en-US/Default.aspx).

World Bank, 2010. Forest Carbon Partnership Facility Readiness Fund: Update on the Sources and Uses of Funds, powerpoint presentation to July FCPF meeting, Guyana, [www.forestcarbonpartnership.org/fcp/sites/forestcarbonpartnership.org/files/Documents/PDF/Jul2010/5b.%20Sources%20and%20Uses%20Update%20v2.pdf](http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/sites/forestcarbonpartnership.org/files/Documents/PDF/Jul2010/5b.%20Sources%20and%20Uses%20Update%20v2.pdf).

World Bank (2010b). FCPF Dashboard, Forest Carbon Partnership Facility, as at 27 August 2010, [www.forestcarbonpartnership.org/fcp/node/283](http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/node/283).

[www.foei.org](http://www.foei.org)

